



Prefeitura do Município de Cajamar

ESTADO DE SÃO PAULO

LEI Nº 1.631

DE 18 DE DEZEMBRO DE 2015.

"DISPÕE SOBRE A APROVAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAJAMAR, PARA O PERÍODO DE 2015 A 2025 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE, Prefeita do Município de Cajamar, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais **FAZ SABER** que a Câmara Municipal aprovou, e ela sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica aprovado o Plano Municipal de Educação, constante do documento anexo, que fica fazendo parte integrante da presente lei, com duração de 10 (dez) anos, ou seja, período de 2015 a 2025.

Art. 2º O Plano Municipal de Educação poderá servir de base para elaboração dos planos de desenvolvimento das unidades escolares de Cajamar.

Art. 3º A Diretoria Municipal de Educação estabelecerá os mecanismos necessários ao acompanhamento das metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 4º Os planos plurianuais do Município serão elaborados de modo a dar suporte às metas constantes do Plano Municipal de Educação.

Art. 5º A Diretoria Municipal de Educação, em articulação com Escolas e outras pastas desta municipalidade, empenhar-se-ão na divulgação deste Plano e na progressiva realização de seus objetivos e metas para que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 6º As despesas decorrentes com a execução desta lei, correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Lei nº 1.420, de 13 de dezembro de 2010.

Prefeitura do Município de Cajamar, 18 de dezembro de 2015.


ANA PAULA POLOTTO RIBAS DE ANDRADE
Prefeita Municipal

Conferida, numerada e datada neste Departamento, na forma regulamentar. Publicada no Paço Municipal nos termos do artigo 102 da Lei Orgânica do Município de Cajamar, mediante afixação no local de costume, aos dezoito dias do mês de dezembro do ano de dois mil e quinze.


JOSÉ ANGELOTTI
Departamento Técnico Legislativo



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2015/2025

DOCUMENTO BASE



Ficha Técnica

Prefeito Municipal

Saulo Anderson Rodrigues

Diretor de Educação

José Carlos Teles dos Santos

Equipe Administrativa da Diretoria de Educação

Cláudia Serrano

Osana Barbosa de Abreu Pinheiro

Colaboradores da Equipe Técnica da Diretoria de Educação

Andréa Duarte

Andréa Ribas Bortoletto

Andréa Rodrigues Dalcin

Cristiane de Oliveira Moura Almeida

Glauce V. M. Lourençon

Gláucia Rodrigues Inácio Peclat

Juliana Donizete Costa Rezende

Lenenira Maria dos Santos

Maria Claudinez S. Strublic

Maria de Lourdes de Moura Santos

Maristela de Souza Giusti

Renata Fernandes Gomes Olaia

Vanessa Sotelo da Silva

Vivian Sotelo de Siqueira Mesquita

Colaboradores da Equipe Administrativa da Diretoria de Educação

Idevânia Gonçalves Carnáuba Zapata

Margareth Tebas Santos

Coordenadores das Comissões Temáticas

Educação de Jovens e Adultos

Marli Lopes de Oliveira Tavares

Nei de Campos Baptista

Educação Inclusiva

Maria Devanice Daniel



Educação Infantil

Roberta da Silva Santos

Educação Integral

Andréia dos Reis Olímpio

Elaine Aparecida Carneiro

Raquel Teles Alves

Ensino Médio, Profissionalizante e Superior

Marco Antônio de Souza Pelliciani

Neimar A. Possebon

Ensino Fundamental

Aparecida Ramalho Leite

Cristina C. Cavalcante

Eunice Magalhães Silva

Rosana P. Ferreira da Silva

Gestão Democrática

Cleide Maria de S. Salles

Merenda Escolar e Transporte

Jeanice de Azevedo Aguiar

Maria de Fátima de Lima

Profissionais da Educação

Maria da Cruz Sousa Santos

Financiamento

Cláudia Serrano

José Carlos Teles dos Santos



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	2.5
1. Diagnóstico do Município de Cajamar	2.6
1.1. O município de Cajamar - Histórico	2.6
1.2. O desenvolvimento econômico do município.....	2.8
1.3. Necessidades sociais relevantes.....	2.8
1.4. Meio Ambiente.....	2.8
1.5. Exploração de recursos naturais	2.9
1.6. Preservação da Mata Atlântica	2.9
1.7. A Educação no município	2.10
1.8. Perfil da comunidade - Região Urbana.....	2.11
1.9. Perfil da comunidade - Região Rural	2.12
2. Diagnósticos, Metas e Estratégias do Plano Municipal de Cajamar - 2015/2025 ...2.14	
2.1. Educação Infantil	2.14
2.2. Ensino Fundamental	2.19
2.3. Educação Inclusiva.....	2.24
2.4. Educação de Jovens e Adultos.....	2.30
2.5. Educação Integral.....	2.37
2.6. Ensino Médio.....	2.41
2.7. Profissionais da Educação.....	2.43
2.8. Gestão Democrática	2.49
2.9. Merenda Escolar.....	2.55
2.10. Transporte Escolar.....	2.58
2.11. Financiamento da Educação	2.61
3. Indicadores de Monitoramento e Avaliação	3.66
BIBLIOGRAFIAS	3.68



Apresentação

A comissão responsável pela revisão do Plano Municipal de Educação de Cajamar apresenta o texto base do Plano Municipal de Educação – PME (2015-2024), revisitado à luz do Plano Nacional de Educação, conforme a lei 13.005, de 25 de junho de 2014.

A tônica deste Plano Municipal de Educação foi a busca da construção coletiva, e dos princípios de uma participação democrática de todos os envolvidos no processo educacional, educadores e comunidade, pois, acreditamos que um Plano de Educação para o município só será forte e exigirá mais empenho político na sua realização à medida que mobilize o compromisso e expresse as necessidades concretas, as ideias, as propostas e os anseios de todos que vivem no município de Cajamar.

Considerando os princípios de gestão democrática da educação pautados em transparência, autonomia, participação, trabalho coletivo, representatividade e competência, este Plano Municipal de Educação propõe uma política pública que garanta o acesso, a permanência e a elevação do nível de escolaridade da população cajamarense e a melhoria na qualidade de ensino em todas as modalidades da educação, cujo principal objetivo seja o de tornar nossos alunos independentes, autônomos, participativos e protagonistas de suas próprias aprendizagens.

O processo de revisão deste plano foi oportunizado a todos, pelo qual foi possível ouvir os anseios e registrar as proposições de educadores, educandos e sociedade para planejarmos a construção de uma educação com a qualidade que tanto queremos. E, pensar em educação de qualidade requer, sobretudo, um Plano Municipal de Educação articulado com objetivos, metas e estratégias bem definidos para melhorarem, nos próximos dez anos, os serviços educacionais em todos os níveis e modalidades oferecidos no município, em regime de colaboração com o estado e a União, pautando claramente as responsabilidades de todos.

Resultante desse processo democrático de revisão, o Plano Municipal de Educação de Cajamar que apresentamos, será o documento orientador de todas as políticas de educação do município. A partir dele, cria-se um amplo espaço de discussão e decisão de compromissos e ações necessários ao desenvolvimento da educação da cidade. Espaço este, que almejamos não ser apenas constituído das autoridades educacionais, mas por todos os setores e sociedade, interessados e comprometidos com a educação.

Comissão responsável pelo Plano Municipal de Educação



1. Diagnóstico do Município de Cajamar

1.1. O município de Cajamar- Histórico

Cajamar, município pertencente à região metropolitana de São Paulo¹, tem sua história ligada à implantação, no Distrito de Perus, da indústria canadense Companhia Brasileira de Cimento Portland.



FONTE: Plano Decenal de Educação do Município de Cajamar 2011-2020. São Paulo: Cajamar, 2011.

A Companhia Brasileira de Cimento Portland foi instalada, na década de 20, ao lado da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí. Seu produto recebeu o nome de cimento Portland no século XIX, devido à sua semelhança com as rochas da ilha britânica de mesmo nome.

Os trabalhadores da fábrica e das minas residiam no Distrito de Água Fria, pertencente ao Município de Santana do Parnaíba. Em 30 de novembro de 1944, por meio de Decreto-Lei nº 14.344, o distrito recebeu o nome de Cajamar, pois já existia um município com o nome de Água Fria. A exploração de minério em Cajamar deu origem aos primeiros núcleos habitacionais, compostos pelas vilas de operários. A primeira vila foi construída ao

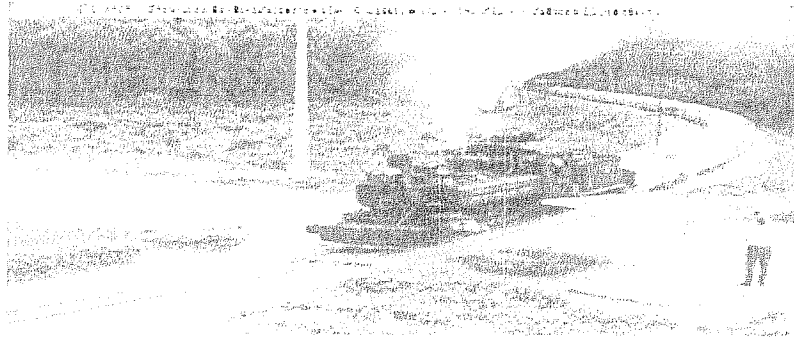
¹CONTEXTO METROPOLITANO: a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), criada em 1973, localiza-se a Sudeste do Estado de São Paulo e é constituída por 39 Municípios e 124 distritos. Abrange uma área total de 8.051 km², que corresponde a aproximadamente 3% do território paulista.



lado da Pedreira dos Pires e, depois, foram construídas a Vila do Acampamento e a Vila Nova.

Em 1951, a família J. J. Abdalla comprou a indústria do grupo canadense. Em 1974, a empresa foi incorporada ao patrimônio nacional e, na década de 80, foi adquirida por um consórcio empresarial. Movimentos populares e o Ministério Público exigiram o encerramento de suas atividades, por causa da poluição que produzia. A fábrica fechou nessa mesma década.

Durante anos, a estrada de ferro que ligava Cajamar a Perus foi o único meio de transporte que ligava os operários com São Paulo. A estrada, que, no começo de sua operação, tinha finalidade principal de levar romeiros até o Município de Pirapora, foi utilizada sobretudo para transportar o minério extraído.



Piano Decenal de Educação do Município de Cajamar 2011-2020. São Paulo: Cajamar, 2011.

Em 18 de fevereiro de 1959, foi promulgada a Lei nº 5.285, que dispunha sobre "o Quadro Territorial, Administrativo e Judiciário do Estado, para o quinquênio 1959-1963" e delimitou, entre outros, o Município de Cajamar. Em 1º de janeiro de 1960, Cajamar torna-se oficialmente Município.

O nome Cajamar foi escolhido pelo ex-prefeito de Santana de Parnaíba, Antônio Brando, que lembra ter encontrado, em pesquisas realizadas no arquivo local, um mapa antigo de uma gleba de terras situadas próximas ao município com a denominação de Cayamar. O ex-prefeito decidiu trocar o "y" pelo "j", para facilitar a pronúncia do topônimo. Mais tarde, verificou-se que o termo indígena "Cajamar" significa "fruto colorido e manchado"; o fruto do araçazeiro que foi abundante na região.

Em 1º de janeiro de 1960, Cajamar torna-se oficialmente Município.

A população de Cajamar, estimada em 70.710 habitantes, está distribuída em uma área territorial de 131, 386 Km² divididos em 3 Distritos: Cajamar, Jordanésia e Polvilho².

² Fonte: IBGE



1.2. O desenvolvimento econômico do município

Em Cajamar estão instaladas muitas indústrias, que são sua principal fonte de renda. Grande parte da população economicamente ativa no Município trabalha nestas empresas.

O desenvolvimento econômico de Cajamar foi impulsionado, em grande medida, pela própria expansão da economia metropolitana, podendo-se observar o grande incremento do PIB de Cajamar passando da 147ª posição na participação no PIB brasileiro para a 115ª. O crescimento do PIB brasileiro, nos últimos anos, em valores absolutos, chegou a 78%, enquanto o de Cajamar teve um crescimento de 136%.

Na análise da composição econômica, podemos afirmar que a atividade industrial é historicamente a principal atividade econômica do município, evoluindo posteriormente para os setores de alimentos, química e máquinas e equipamentos. Uma modificação na estrutura produtiva do município, foi entre 2000 a 2008, quando havia quatro segmentos principais: produtos de metal (12,8%), produtos químicos (14,8%), máquinas e equipamentos (15,8%) e, principalmente, produtos alimentícios (26,6%). Em 2008, ocorre uma profunda transformação, já que o segmento mais importante para o município passa a ser o de Perfumaria e Cosméticos (que sai de uma participação de 2,3%, em 2000, para 20,1% em 2008).

1.3. Necessidades sociais relevantes

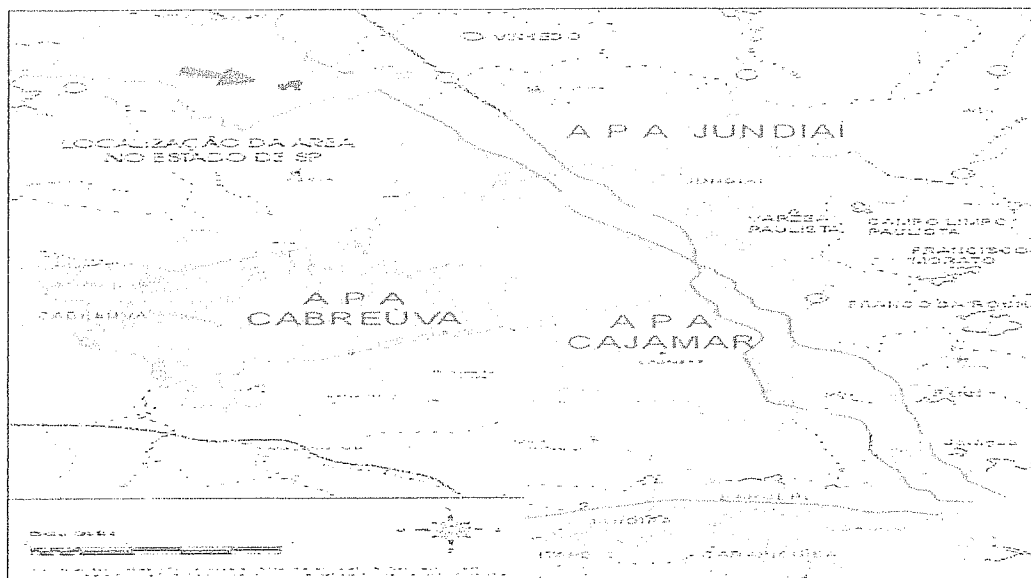
A estrutura geográfica de Cajamar, com seus núcleos urbanos “espalhados” e distantes uns dos outros, dificulta a otimização e qualificação de recursos, programas e serviços em todos os setores da área social. Esse fator, no entanto, não pode ser impeditivo na execução das ações, mas é necessário ser considerado em qualquer planejamento.

1.4. Meio Ambiente

O município de Cajamar é uma APA (Área de Proteção Ambiental) Cajamar, criada em 4 de junho de 1984 pela Lei Estadual 4.055. A área total da APA Cajamar é 13.400 ha. (treze mil e quatrocentos hectares); portanto, todo o território do município de Cajamar é



considerado uma APA. As regiões mais conservadas abrangem parte das Serras dos Cristais e do Japi, ao norte e noroeste do município, o Bairro do Ponunduva e do Km 43, onde são encontradas uma grande diversidade de espécies nativas da fauna e flora da Mata Atlântica.



Plano Decenal de Educação do Município de Cajamar 2011-2020. São Paulo: Cajamar, 2011.

O município ainda não desenvolveu políticas ambientais expressivas, que acompanhem o crescimento imobiliário e industrial, o que certamente traz consequências negativas para as demais áreas sociais.

1.5. Exploração de recursos naturais

A exploração desses recursos em Cajamar faz parte do processo histórico da região. A mineração (pedreiras de calcário, granito e filito) e a silvicultura (exploração de eucalipto) existem desde a década de 70, e somente há alguns anos têm sido realizadas de forma sustentável, devido à pressão da sociedade civil organizada. Porém, constata-se que até hoje existe a exploração do eucalipto de forma clandestina.

1.6. Preservação da Mata Atlântica

A área de Mata Atlântica em Cajamar, que protege os recursos hídricos, como já foi dito, vem sendo ameaçada. A sua retirada, visando à utilização da área para outros fins, já causou a destruição da maior parte desse bioma, caracterizado pela alta diversidade de espécies e alto grau de endemismo. Segundo o Instituto Socioambiental, no período de 1989 a 2008, a área de Mata Atlântica no município sofreu redução de 5,4%.

ML



1.7.A Educação no município

Cajamar possui 49 Escolas de Educação Básica, que atendem às comunidades ofertando: Educação Infantil (integral e parcial), Ensino Fundamental (primeiro e segundo Ciclos), Educação de Jovens e Adultos (primeiro e segundo segmentos do Ensino Fundamental e Ensino Médio, (terceiro e quarto segmentos), Ensino Médio e Ensino Superior (EaD).

A Educação Municipal conta com uma equipe técnica que atua em diferentes níveis da gestão sistema-escola: Supervisão, Assistentes Pedagógicas e Psicopedagogas. A rede estadual e escolas particulares de Ensino Fundamental e Médio estão submetidas à supervisão e apoio técnico com controle centralizados na Diretoria Estadual e Regional de Ensino, situada no município de Caieiras.

A matrícula, no Ensino Fundamental, no Ensino Médio e na EJA atende praticamente a toda a demanda do município; porém ainda existe a demanda pela expansão do atendimento na Educação Infantil, principalmente no segmento das Creches (Integral).

A maioria das escolas está situada na região urbana. Seis delas se encontram em regiões consideradas rurais. As escolas possuem Projeto Político Pedagógico, Regimento e os Colegiados de referência, que favorecem a criação de caminhos para a gestão democrática da educação.

Existem diversas políticas de atendimento, com vistas a apoiar a frequência das crianças, adolescentes, jovens e adultos: alimentação escolar, distribuição de material didático e transporte escolar.

Na rede de ensino, em 2014, foram matriculadas cerca de 3.766 crianças (Educação Infantil), cerca de 10.427 crianças e adolescentes (Ensino Fundamental), 3.935 adolescentes (Ensino Médio) e 937 jovens, adultos e idosos (EJA).

As escolas no município participam regularmente de processos de avaliação externa: SARESP, Prova Brasil e Provinha Brasil, obtendo resultados ainda heterogêneos, quando consideradas as escolas individualmente. Porém, a garantia da aprendizagem e da alfabetização, nos anos iniciais do Ensino Fundamental é uma meta que vem se consolidando ao longo dos últimos anos.

Que outros desafios as escolas identificam como devendo ser foco de atenção das políticas públicas? Garantir cobertura total da demanda no segmento da Creche, qualificar o



atendimento aos adolescentes, garantir a permanência e a aprendizagem na EJA, consolidar concepção ampliada de alfabetização e de educação integral, consolidar gestão democrática. O currículo se inscreve nesse cenário de demandas como política estratégica de qualificação da ação escolar (pedagógica e de gestão), na perspectiva de garantir a aprendizagem significativa dos alunos. Em 2012, a implantação da Proposta Curricular do Município de Cajamar, trouxe diretrizes, concepções e orientações para o trabalho de todas as escolas do município.

1.8. Perfil da comunidade - Região Urbana

As regiões centrais são bem localizadas, garantem uma infraestrutura interessante e contam com: posto de saúde, escolas de Ensino Fundamental e Educação Infantil, supermercado, farmácia, banco, ruas asfaltadas, luz elétrica, esgoto, igreja católica e evangélica, Centro de Eventos, Biblioteca e Ginásio de Esporte. Na região existem telefones públicos e agência de Correios. Conta com serviço de água encanada em boa parte das casas, assim como eletricidade, calçamento e iluminação.

As regiões periféricas não possuem saneamento básico, ficam distantes das escolas, além de casas de alvenaria, há também barracos de madeira e restos de construção, sem eletricidade, que abrigam famílias. Os alunos dessas regiões, na sua maioria, necessitam de transporte escolar.

Com relação à área de lazer, há poucas praças e quadras públicas e quase todas estão dentro das escolas/ginásios de esportes.

A grande maioria dos moradores é de migrantes, oriundos de outros estados e cidades, como: Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Alagoas, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Bahia, Sergipe, Minas Gerais, Maranhão e Piauí, residindo de 4 a 40 anos na cidade.

Atualmente, o município acolhe grupos de refugiados oriundos, principalmente, de países como Haiti, os quais são vítimas de catástrofe natural e de miséria, além dos imigrantes bolivianos que chegam em busca de trabalho.

A população possui renda familiar média de 01 a 04 salários mínimos; o sustento da família advém do trabalho do casal, sendo 77% dos homens e 55% das mulheres.

Os moradores do município trabalham em empresas, prefeitura, são autônomos, ajudantes, motorista, mecânico, pedreiro, operador de máquina, segurança em empresas



profissionais liberais, pedreiro, auxiliar de produção, ajudante geral, poceiro, montadores, agricultor, jardineiro, lenheiro, pintor de automóvel, operador de máquina, professores, trabalhadores manuais, serviços de escritório, motorista. As mães trabalham em empresas desenvolvendo na maioria das vezes, atividades de auxiliar de produção, auxiliar de lavanderia, balconista, e uma parcela significativa trabalha como empregada doméstica.

As famílias consideram importante a participação na vida escolar dos filhos, mas, apenas 50% conseguem participar de alguma forma, o que na maioria das vezes acontece através das reuniões de pais e mestres ou nas festas e eventos realizados na Instituição.

A maioria dos pais leem revistas, jornal somente o de circulação dentro do município, ou seja, da região e os livros de literatura infantil. Quanto aos programas de televisão, assistem jornal e novelas. A prática esportiva é o futebol. Poucos têm acesso à Internet em casa. A maioria segue a religião católica, menos da metade são evangélicos, poucos se declaram espíritas/kardecistas e uma minoria declara não ter religião.

As crianças são participativas, assíduas, interessadas e bastante curiosas, estando sempre dispostas a aprender coisas novas e diferentes trazidas pelas professoras. São receptivas às rodas de história e de música, propostas dentro das atividades permanentes, bem como às sequências didáticas trabalhadas em sala de aula. Muitas das crianças que frequentam a Educação Infantil se alimentam exclusivamente na escola, especialmente, as crianças do período integral.

1.9. Perfil da comunidade - Região Rural

Uma grande maioria aponta déficit em relação a saneamento básico. As pessoas residem em chácaras no entorno e distante da escola, necessitando de transporte escolar. A comunidade próxima à escola possui iluminação pública, embora restrita, não atendendo às famílias que residem em locais mais afastados. Há assistência municipal com atendimento médico, odontológico e coleta de exames.

O espaço público para lazer é inexistente, a não ser a quadra da escola.

Na sua grande maioria os moradores são nascidos no bairro, com pequena parcela advinda de outros municípios. A maioria dos familiares não completou o ensino fundamental e alguns são analfabetos, predominantemente de classe econômica na faixa de 1 a 3 salários mínimos.



Os moradores da área rural trabalham no próprio bairro, em atividades ligadas à terra, como chacareiros, lavradores ou lenheiros; as mulheres realizam serviços domésticos, ou como trabalham como caseiras, algumas trabalham no comércio local e uma pequena porcentagem trabalha como comerciante e funcionária pública.

As crianças costumam brincar no próprio bairro, na rua; poucos frequentam outros locais de lazer. Frequentam, também, as mesmas igrejas, festas e até mesmo uns as casas dos outros. Em casa, percebe-se que, a grande maioria, se distrai com televisão e atividades domésticas, além de conversas e jogos.

Os alunos identificam-se com as atividades propostas, participam intensamente das rodas de leitura, rodas de conversa, cantos do "brincar", parque e projetos, emprestam livros para leitura com os pais, participam dos passeios externos, dos projetos relacionados aos animais e ao Meio Ambiente; gostam de atividades que envolvem movimento nas áreas externas da escola.



2. Diagnósticos, Metas e Estratégias do Plano Municipal de Cajamar - 2015/2025

2.1. Educação Infantil

Diagnóstico da Educação Infantil

O acesso e a qualidade

A educação infantil brasileira vive um intenso processo de revisão de ideias e práticas pedagógicas voltadas à educação de bebês e crianças pequenas. É nesse sentido que as novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação através do Parecer CNE/CEB n.º 20/2009 e da Resolução CNE/CEB n.º 05/09, definem o conjunto de experiências essenciais para promover as aprendizagens infantis, considerando sua forma de interagir, de explorar, de experimentar, de conhecer, de brincar e de pertencer ao mundo. O currículo de Educação Infantil de Cajamar orienta-se por este documento.

No âmbito das políticas públicas, a incorporação da educação infantil à educação básica constituiu-se como uma medida que proporcionou a essa etapa de ensino contar com verba advinda do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) desde 2007. Também tivemos outra medida importante que se refere à obrigatoriedade do ensino para crianças de 4 e 5 anos com a aprovação da Emenda Constitucional nº 59/2009 que ampliou a educação obrigatória para a faixa etária de 4 a 17 anos.

Vale ressaltar que, mesmo o ensino sendo obrigatório, não haverá retenção. No município de Cajamar as crianças de 4 e 5 anos permanecem 3h40 na escola devido à jornada do professor que foi modificada a partir da implantação da Lei nº 132 de 15 de dezembro de 2011 que reorganizou o quadro do magistério e instituiu o plano de carreira no qual a jornada do professor de educação infantil é distribuída por hora/aula e leva em consideração a Lei Federal nº 11.738/08 que destina um terço da jornada para formação.

Temos, atualmente, 14 escolas na rede municipal que atendem 1.402 crianças de 1 a 3 anos distribuídas em 78 classes, sendo: 16 classes para crianças de 1 ano, 26 classes para crianças de 2 anos e 36 classes para crianças de 3 anos. Desse total, duas escolas são rurais e dispõem de 4 classes para atender essa faixa etária, sendo que uma escola tem apenas uma classe com crianças 1 a 3 anos se constituindo como multisseriada. O



Matriculas na educação infantil integral – 1 a 3 anos ³			
Quantidade de crianças na Fase I (1 ano)	Quantidade de crianças na Fase II (2 anos)	Quantidade de crianças na Fase III (3 anos)	Total
237	426	685	1427

Além das escolas públicas, temos 7 escolas privadas com oferta de vagas para crianças de 0 a 3 anos que possuem Proposta Pedagógica próprias. O resultado final do Censo Escolar/2014 mostra que 237 crianças estão matriculadas nessas escolas⁵.

No cenário nacional, regional e estadual, o município de Cajamar se encontra da seguinte maneira - considerando a meta 1 do Plano Nacional de Educação que se refere ao atendimento em 50% à faixa etária de 0 a 3 anos até 2024:

Brasil – meta 50%	Brasil atende: 23,2% ⁵
Brasil – meta 50%	Sudeste atende: 28,3%
Brasil – meta 50%	São Paulo atende: 32,1%
Brasil – meta 50%	Cajamar atende: 38,7%

Os dados acima mostram que Cajamar superou o percentual de atendimento em relação ao país, à região e ao Estado. Contudo, será necessário pensar em estratégias para alcançar 50% de atendimento de forma gradativa nos próximos dez anos da vigência do plano.

³ Fonte: PRODESP 07/08/2015.

⁴ *Idem.*

5 Fonte: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Site: <http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/educacao-basica-portal>. Acesso em: 04/04/2015.

⁶Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013; Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010; Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010. Site: <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/coeficiente.php>. Acesso em: 03/04/2015.

Site: _____
Município e _____
- 2010. Site: _____




Berçário	Fase I – 1 ano	Fase II – 2 anos	Fase III – 3 anos	Fase IV – 4 anos	Fase V – 5 anos
	708	510	449	141	151

Crianças de 0 a 3 anos					
Jordanésia	Polvilho	Cajamar centro e Guaturinho	São Benedito	Ponunduva	Jardim Maria Luíza
329	786	234	0	16	53

Crianças de 4 e 5 anos					
Jordanésia	Polvilho	Cajamar centro e Guaturinho	São Benedito	Ponunduva	Jardim Maria Luiza
22	142	56	0	2	0

Educação Infantil parcial – 4 e 5 anos ⁹		
Quantidade de crianças na Fase IV (4 anos)	Quantidade de crianças na Fase V (5 anos)	Total
918	953	1871

Acesso em: 05/04/2015.





No cenário nacional, regional e estadual, o município de Cajamar se encontra da seguinte maneira, considerando a meta 1 que se refere ao atendimento em 100% à faixa etária de 4 e 5 anos em 2016:

Brasil – meta 100%	Brasil atende: 81,4% ¹⁰
Brasil – meta 100%	Sudeste atende: 85%
Brasil – meta 100%	São Paulo atende: 87,6% (rede municipal)
Brasil – meta 100%	Cajamar atende: 85,5%

Participação da comunidade:

As escolas costumam se empenhar na organização de reunião de pais, oferecimento de palestra e oficinas aos pais, organização de festas, porém é necessário investir em diferentes formas de participação, inclusive as que envolvem tomada de decisão. Embora 100% das escolas possuam Associação de Pais e Mestres e Conselhos de Escola constituídos, em algumas, esses colegiados, de fato, tem participação efetiva nas decisões.

META 1: EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a educação infantil para as crianças de 4 (quatro) e 5 (cinco) anos e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças até 3 (três) anos nos próximos 10 (dez) da vigência deste plano com qualidade e equidade.

Estratégias para a Educação Infantil do Município de Cajamar

Apresentar estratégias para cumprir a meta 1 do Plano Municipal de Educação significa pensar, não apenas no acesso, mas na qualidade do ensino ofertado e no compromisso que este município tem com a educação. Temos crianças pequenas que se encontram no início do processo de formação e que necessitam de atenção, cuidados e

¹⁰Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) – 2013; Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010; Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional – 2010. Site: <http://www.ibge.gov.br/censo2010/estatisticas/populacao/>. Acesso em: 03/04/2015.



diversas possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem nos aspectos cognitivo, afetivo, social, motor e cultural. Para isso precisamos entender três aspectos que determinam a qualidade do acesso: concepção de criança, currículo e educação infantil.

Enquanto concepção de infância, acreditamos que é necessário possibilitar diferentes tipos de experiências, pois a criança cria, recria, inventa, reinventa, subverte a ordem, argumenta, questiona, é curiosa, investigativa, tem sensibilidade e uma visão que é peculiar da infância; não tem medo de errar, por isso tenta, retoma, arrisca, brinca e interage. Essa é a criança para quem trabalhamos e para quem pensamos a educação infantil.

Considerando as colocações feitas, a meta acima precisa ser muito bem trabalhada em termos de concepção, pois segundo Didonet (2014), "quanto mais se impõem sobre a educação infantil as características do ensino fundamental, tanto mais riscos ela padece de perder sua identidade. Conteúdos curriculares, alfabetização formal antecipada, obrigatoriedade, números mínimos de dias letivos e de horas diárias, avaliação de aprendizagem, diagnósticos, etc., vão dando outra fisionomia à educação infantil. De repente ela não se distingue mais da etapa seguinte".

Portanto, precisamos ter cuidados para que a identidade da educação infantil não sofra riscos de cobrança de um conteúdo formal, escolarizando as propostas realizadas, investindo na escrita em detrimento do brincar para assim, se distanciar de Pestalozzi, Froebel, Montessori, Freinet, Malaguzzi e tanto outros que trouxeram grandes contribuições com relação ao que podemos chamar de "a essência da criança". Queremos acabar com essa essência? Queremos "escolarizar" nossos pequenos?

A partir dessas indagações e do diagnóstico aqui apresentado temos as seguintes estratégias:

1.1. Realizar, anualmente, a partir da vigência deste plano o levantamento por demandas de vagas considerando a lista de espera das escolas, bem como a quantidade de crianças nessa faixa etária presentes nos cadastros da Diretoria de Saúde e de Assistência Social, observando a necessidade de atendimento na zona rural.

1.2. Ampliar ano a ano o percentual de atendimento da demanda por creches, até atingir os 50% da demanda manifesta, ao final da vigência desse plano, respeitando o que prevê a legislação no que diz respeito ao número de alunos por adulto em sala.

1.3. Criar novas vagas para a faixa etária de 4 e 5 anos - para atender 100% da demanda até 2016.



1.4. Garantir já a partir de 2016, o atendimento à educação infantil (4 e 5 anos) conforme estabelecido pela Lei nº 12.796 de abril de 2013, com jornada de, no mínimo, 4h diárias para o turno parcial, com 60% de frequência documentada e de 7h para o caso de jornada integral.

1.5. Adquirir, sistematicamente, equipamentos, brinquedos, materiais pedagógicos diversos, visando à expansão e à melhoria do trabalho pedagógico e da rede física de escolas públicas.

1.6. Implantar, no primeiro ano de vigência do PME, a avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base nos Indicadores de Qualidade Nacionais da Educação Infantil, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a acessibilidade, o Projeto Político Pedagógico, o desenvolvimento dos Projetos Institucionais, as formações continuadas, entre outros indicadores relevantes.

1.7. Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de Assistência Social, Conselho Tutelar, Saúde e Proteção à Infância.

1.8. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiológicos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre as Diretoria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e EJA.

2.2. Ensino Fundamental

Diagnóstico do Ensino Fundamental e da Alfabetização no Município

Em Cajamar a rede de ensino é composta por 49 escolas, considerando as redes pública e privada.

Ensino Fundamental - Número de Matrículas



No que se refere à distribuição dos alunos do Ensino Fundamental no município de Cajamar, conforme dados do INEP–Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais, em 2013, mostrava-se da seguinte forma:

- Alunos atendidos no município do 2º ao 5º ano = 5.614 sendo que 4.698 estão matriculados na rede pública municipal, 757 nas instituições privadas e 159 matriculados no SESI.
- Alunos atendidos do 6º ao 9º ano= 4.953, sendo que 1.019 estão matriculados na rede Estadual; 3.309 na rede municipal, 208 na rede privada, e 129 no SESI.

A única escola que atende, até o momento, com ensino integral é o Centro Educacional SESI.

Evolução do Aprendizado

O IDESP 2014 para Cajamar é de 2,88 no 5º ano e 2,20 no 9º ano. A média para 2013 do 5º ano foi de 3,03 e do 9º ano 2,14. Percebe-se que houve um pequeno aumento na média para o 9º ano, mas houve pequeno recuo na média do 5º ano.

Realizando um comparativo das escolas que atendem o 5º ano percebe-se que, levando em conta a média de 2,88, apenas 5 escolas alcançaram esse índice. As demais escolas obtiveram média menor do que a estabelecida, o que indica que, mesmo com um índice menor que em 2013, algumas escolas não tiveram êxito nos resultados.

Em relação ao 9º ano, cinco escolas de Cajamar obtiveram índice maior que a média da rede municipal. Porém ainda há 3 escolas que não atingiram essa média.

Segundo o Inep- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, a proporção de alunos que aprenderam o adequado em Português na rede pública quanto à competência em leitura e interpretação de textos, foi de 41% até o 5º ano e 22% até o 9º ano. Em matemática, no que se refere à competência na resolução de problemas, até o 5º ano é de 31% e até o 9º ano, de apenas 8%.

Conforme mostra o quadro abaixo, a rede pública de Cajamar, não atingiu a meta do Ideb 2013, nos anos iniciais; ao contrário, teve queda. Já nos anos finais mesmo com um pequeno avanço não se alcançou a meta de 6,0.

Aprendizado				
	Aprendizado	Fluxo	Ideb	Meta para o Município



5º ano	5,24	0,98	5,1	5,5
9º ano	4,50	0,96	4,3	4,4

Proporção de alunos com reprovação ou abandono em 2013, segundo indicadores do Inep.

Nos anos iniciais temos 106 alunos reprovados, o que corresponde a 2,0% do total e nos anos finais 152 reprovados o que corresponde a 2,9%. Em 2013, 10 alunos abandonaram a escola nos anos iniciais, o que corresponde a 0,2%, e nos anos finais, 58 alunos abandonaram a escola, o que corresponde a 1,1%. No que se refere à aprovação temos os seguintes dados: 5190 alunos (97,8%) nos anos iniciais; 4970 (95,9%) nos anos finais. A proporção de alunos com atraso escolar de 2 anos ou mais, para todo o Ensino Básico, de 2006 até 2013 nos anos iniciais foi de aproximadamente 3% e nos anos finais 8%.

Os dados demonstram que ainda merecem atenção nas ações do Plano Municipal. os índices de abandono, reprovação e atraso.

Dados gerais sobre as escolas de Cajamar

No que se refere à tecnologia 98% das escolas de Cajamar possuem internet sendo que 89% é banda larga; 843 computadores são para uso dos alunos e 275 para uso administrativo.

Com relação à alfabetização nas escolas públicas do município de Cajamar, 85,8% das crianças foram alfabetizadas de acordo com o último levantamento de 2013 até o final do 3º ano. Este dado foi retirado da ANA- Avaliação Nacional de Alfabetização. Como desafio o município precisará investir na qualidade e equidade com objetivo de alcançar 100% de alunos alfabetizados até o 2º ano e qualificar as habilidades dos alunos alfabetizados.

A Lei nº 11.114/2005, alterou a redação do art. 32 da LDB 9394/96, que dispõe sobre o acesso ao Ensino Fundamental obrigatório e gratuito na escola pública, a partir dos 6 anos de idade. A partir de 2016 os primeiros anos, que até então, funcionavam nas escolas de Educação Infantil, serão realocados para as escolas de Ensino Fundamental, o que demandará mudanças e adequações no processo de ensino e aprendizagem, garantindo a singularidade da faixa etária. O currículo para crianças de 6 anos deverá considerar os aspectos lúdicos e o direito à infância.



META 2: ENSINO FUNDAMENTAL

Assegurar, em colaboração com a União, o Estado e o Município a universalização do ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda população de 6(seis) a 14(quatorze anos) de forma que 95% dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada com equidade e qualidade atingindo as seguintes metas no IDEB:

IDEB	2015	2017	2019	2021
Anos iniciais do ensino fundamental	5,2	5,5	5,7	6,0
Anos finais do ensino fundamental	4,7	5,0	5,2	5,5

Estratégias para o Ensino Fundamental e para a Alfabetização no Município

2.1. Ampliar ou reestruturar as escolas, já em 2016, no que se refere ao espaço físico e o trabalho pedagógico, realocando os alunos do 1º ano, que estão nas escolas de educação infantil para o ensino fundamental.

2.2. Garantir, a partir de 2016, a implementação dos direitos e objetivos do desenvolvimento da aprendizagem, conforme consta na Base Nacional Comum do Ensino Fundamental.

2.3. Consolidar, ao longo do ano de 2016, as práticas com fortalecimento nos Planos de Formação, priorizando aspectos em que os alunos apresentam maiores dificuldades.

2.4. Articular em todas as instituições escolares o Projeto Institucional com o diagnóstico real da escola e da aprendizagem dos alunos, envolvendo a comunidade, em prol da qualidade do processo de ensino e aprendizagem, durante o decorrer dos referidos Projetos.

2.5. Implementar, a partir de 2016, um acompanhamento individualizado de todos os alunos do ensino fundamental, utilizando vários instrumentos e procedimentos, tais como a observação, o registro descritivo e reflexivo, os trabalhos individuais e coletivos, os portfólios, exercícios, provas, questionários, dentre outros, tendo em conta a sua adequação à faixa etária e às características de desenvolvimento do educando, de forma a garantir o direito à aprendizagem com equidade e qualidade.



2.6. Monitorar, também, a partir de 2016, o acesso, a frequência, a permanência e o aproveitamento escolar dos alunos, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das vítimas de situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, com o estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar, em conjunto com a família, assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude.

2.7. Organizar o tempo didático, viabilizando recursos tecnológico/pedagógicos, de maneira articulada com os demais recursos, considerando os saberes de toda a comunidade escolar. Assim sendo, viabilizar a valorização dos materiais já construídos pelos educadores de modo que os mesmos os referenciem em suas ações, garantindo-lhes o conhecimento básico em cada ano/série.

2.8. Promover, a partir de 2016, a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos(as) alunos(as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural.

2.9. Incentivar, sistematicamente, a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias.

2.10. Desenvolver, a partir de 2016, formas alternativas de oferta do ensino fundamental, garantida a qualidade, para atender aos filhos e filhas de profissionais que se dedicam a atividades de caráter itinerante.

2.11. Oferecer, atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo a habilidades esportivas nas escolas.

2.12. Garantir, a partir de 2016, a participação efetiva do município em avaliações externas nos âmbitos Nacional e Estadual, bem como, aprimorar o monitoramento dos índices relacionados à aprendizagem, fluxo escolar, retenção, evasão para realizar programas de intervenção visando à qualidade da alfabetização.

2.13. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiológicos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre as Diretoria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e EJA.



META 3: ALFABETIZAÇÃO

Alfabetizar as crianças no máximo, até o final do 2º ano do ensino fundamental.

3.1. Intensificar, a partir de 2016, a estruturação dos processos pedagógicos de alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental, articulando-os com as estratégias desenvolvidas na educação infantil, com qualificação e valorização dos professores alfabetizadores e com apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização plena de todas as crianças.

3.2. Apoiar a alfabetização de crianças do campo e de populações itinerantes, a partir de 2016, com a produção de materiais didáticos específicos, e desenvolver instrumentos de acompanhamento que considerem o uso da língua materna e a identidade cultural das comunidades.

3.3. Promover e estimular, a partir de 2016, a formação inicial e continuada de professores para a alfabetização de crianças, com o conhecimento de novas tecnologias educacionais e práticas pedagógicas inovadoras, estimulando a articulação entre programas de pós-graduação *stricto sensu*.

3.4. Apoiar, a partir de 2016, a alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

2.3. Educação Inclusiva

Diagnóstico da Educação Inclusiva

O Diagnóstico da Educação Inclusiva foi realizado com o apoio de instituições particulares, escolas municipais e demais órgãos públicos no intuito de explicitar a realidade do município de Cajamar:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

Este quadro retrata a realidade do município, com dados atualizados no ano de 2015, fornecidos pela Unidade Básica de Saúde.

UNIDADE	QUANTIDADE
MARIA LUIZA	38
MARIA APARECIDA	67
BELO PLANALTO	58
PANAROMA	26
PONUNDUVA	26
SÃO BENEDITO	13
CAJAMAR CENTRO	80
GUATURINHO	6

Número de pessoas com deficiência atendidas, de acordo com os dados fornecidos pelas Instituições relacionadas abaixo:

INSTITUIÇÃO	QUANTIDADE
RAINHA DA PAZ-SANTANA DE PARNAÍBA	22
APAE DE VARZEA PAULISTA	7
BEM TE VI-JUNDIAÍ	2

Essa tabela refere-se aos alunos que estão no Atendimento Educacional Especializado em 2015.

SEGMENTO/ DEFICIÊNCIA	EDUCAÇÃO INFANTIL 0 a 3	EDUCAÇÃO INFANTIL 4 e 5 ANOS	ENSINO FUNDAMENTAL CICLO I – 1º AO 5º ANO	ENSINO FUNDAMENTAL CICLO II – 6º ano a 8ª série	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	TOTAL
INTELECTUAL		2	36	27	1	66
AUDITIVA	2		5	3		10
VISUAL – BV				2		2
VISUAL – CEGUEIRA				1		1
FISICA	3	6	16	7		32
TGD		4	11	2		17
DMU			8	2		10
S. DOWN		3	4	1		8
TOTAL	5	15	80	44	1	146



Benefício de Prestação Continuada (BPC) - Benefícios ativos em janeiro de 2015

IBGE	Município	Quantidade de benefícios		Total de benefícios	Recursos pagos no mês		Total de recursos pagos no mês
		PDC (*)	Idoso		PDC (*)	Idoso	
350920	Cajamar	302	234	536	237.424	183.446	420.871

*PDC - Pessoa com deficiência

Fonte: DATAPREV/Síntese

<http://www.mds.gov.br/relocrys/bpc/indice.htm>

Nota: o município da referência é da ordem pagadora

A Educação Inclusiva no Município está em processo de evolução, necessitando de alguns ajustes no que diz respeito aos atendimentos em parceria com Instituições dos municípios vizinhos.

Diante dos dados e diagnósticos apresentados no Atendimento Educacional Especializado, constata-se que é necessária ampliação do número de Instituições que atendam às especificidades.

Desde o ano de 2009, a Diretoria de Educação desenvolve a implementação da Política de Educação Inclusiva através do Programa Educar na Diversidade (PED).

No ano de 2010, a Diretoria de Educação de Cajamar, iniciou o Serviço de Atendimento Educacional Especializado, selecionando de seu quadro de professores regulares profissionais para atuarem nas salas de atendimento, de forma complementar e/ou suplementar, aos alunos com deficiência, Transtorno Global de Desenvolvimento (TGD), altas habilidades e/ou superdotação.

Atualmente, a Rede de Ensino de Cajamar, conta com 06 Unidades Escolares que se organizaram para atuarem como Polos de Atendimento de AEE para toda a Rede de Ensino e os profissionais selecionados atuam em seus postos organizados em duplas por escola Polo, com exceção da Professorado Polo dos deficientes auditivos, que atua em dois dos Polos. Hoje o quadro conta com 10 professoras, que utilizam em seus atendimentos materiais recebidos pelo MEC, recursos tecnológicos e confeccionados de acordo com as necessidades.

A partir de 2016 as turmas serão organizadas para atendimento em um único Polo.

A Formação Continuada acerca da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva e das diretrizes de funcionamento do AEE vem sendo garantida pela Diretoria de Educação.



Os atendimentos pedagógicos são garantidos duas vezes por semana por quatro horas/aulas, com exceção dos Polos dos deficientes auditivos que permanece acontecendo por oito horas/aulas semanais. Em alguns casos é necessária a diminuição ou ampliação de tempo dos atendimentos por conta de migração para Instituições vizinhas (Centro de Atenção Psicossocial Infante Juvenil - CAPSI e Centro de Atenção Psicossocial - CAPS) onde os alunos são atendidos por profissionais de Saúde.

O município tem convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE para atendimento fonoaudiológico, psicológico, neurológico, psicodiagnóstico e fisioterapêutico, porém com número reduzido de funcionários, ocasionando assim a diminuição de atendimento ou a falta dele, fazendo com que muitos alunos permaneçam em fila de espera por longo período ou procurem outras Instituições nos municípios vizinhos. (Rainha da Paz, em Santana de Parnaíba, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de Várzea Paulista e Bem Te Vi em Jundiaí).

Analisando a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, detectamos que o município tem evoluído neste processo, mas existem lacunas, nas áreas da saúde e educação, que necessitam de tratamento mais atencioso, no que diz respeito aos atendimentos e acessibilidade dos alunos e à população com deficiência.

META 4: EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Oferecer para toda a população de 4 a 17 anos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e o atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino de forma a garantir o sistema educacional inclusivo, com o uso das salas de recursos multifuncionais, escolas ou serviços especializados públicos ou conveniados

Estratégias para a Educação Inclusiva no Município:

4.1. Ampliar, gradativamente, a oferta de Educação Inclusiva na rede regular de ensino municipal, estadual e privado considerando o censo de demanda e o número de alunos por professores em cada região.



- 4.2. Mapear nos bairros , a partir de 2016, crianças e jovens com deficiência que estão fora da escola regular e monitorar essas deficiências a cada dois anos.
- 4.3. Manter, anualmente, o ensino de Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS para os surdos ou alunos com rebaixamento auditivo, familiares, educadores e comunidade.
- 4.4. Aprovar em 2016, através do Conselho Municipal de Educação, os padrões relativos à condições de acessibilidade no ambiente físico das escolas municipais, estaduais e privadas considerando o espaço educativo, os equipamentos, o mobiliário escolar e o material didático; sempre que novas diretrizes pedagógicas, a tecnologia ou o resultado de estudos específicos o recomendem, de modo a favorecer o contínuo processo de integração dos alunos com deficiência.
- 4.5. Viabilizar, gradativamente, nas escolas do município, as condições de acessibilidade em observância aos padrões deliberados pelo Conselho Municipal de Educação, à luz da legislação federal existente e das normas técnicas vigentes.
- 4.6. Condicionar a autorização e o funcionamento de escolas privadas de Educação Infantil do município, a partir de 2017, à observância dos padrões de acessibilidade, deliberados pelo Conselho Municipal de Educação CME, à luz da Legislação Federal vigente.
- 4.7. Garantir que até o final da vigência deste Plano, todas as escolas do município adéquem seu ambiente físico aos padrões de acessibilidade deliberados pelo Conselho Municipal de Educação, conforme Legislação Federal, mediante reformas, ampliações, aquisições ou flexibilização de uso dos espaços e insumos, no período de cinco anos, a partir da data deste documento.
- 4.8. Realizar diagnósticos anuais das condições dos suportes tecnológicos das escolas para promover os meios necessários para o apoio didático em cada unidade aos alunos com deficiência.
- 4.9. Planejar, a partir dos diagnósticos realizados, a ampliação do fornecimento e o uso de equipamento de informática para apoio à aprendizagem dos alunos com deficiência, considerando as necessidades de tecnologias específicas para os tipos de deficiências.
- 4.10. Garantir a continuidade do acesso aos alunos com deficiências nas escolas do município por meio de transporte adaptado e avaliar anualmente a prestação de serviços de transporte aos alunos inclusos.



- 4.11. Estimular, por meio de campanha realizada anualmente, a matrícula de crianças de 0 a 3 anos de idade com deficiência e assegurar a matrícula de todas as crianças com deficiência de 4 a 5 anos, já em 2016, nas escolas do município.
- 4.12. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiológicos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre as Diretoria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e EJA.
- 4.13. Sugerir parceria com a Diretoria de Saúde, no sentido da implantação de Centro de Atenção Psicossocial CAPS e Centro de Atenção Psicossocial Infanto Juvenil CAPSI no município e desta forma, garantir o direito à saúde da pessoa com deficiência.
- 4.14. Ampliar a oferta de prestação de serviços da APAE de Cajamar, sugerindo condições na renovação contratual anual para garantir atendimento a todas as deficiências.
- 4.15. Concluir estudo para definir o conjunto de ações a realizar no âmbito do município, para completar a implementação da Educação Especial.
- 4.16. Estabelecer parcerias, a partir de 2016, para oferta de cursos de formações aos profissionais do Atendimento Educacional Especializado e promover incentivos para que todos os professores participem.
- 4.17. Definir, em 2016, a sistemática para decisão sobre a terminalidade específica dos alunos com deficiência, considerando critérios responsáveis, com a participação da Equipe Técnica da Diretoria de Educação, em parceria com os profissionais da saúde.
- 4.18. Desenvolver, a partir de 2016, programas de formação para o trabalho de alunos com deficiência, mediante parceria entre Diretorias Municipais e instituições privadas, visando ao ingresso dos mesmos no mercado de trabalho do município.
- 4.19. Acompanhar, anualmente, as diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, relativas à Educação Inclusiva, de competência da União e do Estado de São Paulo, considerando as ações previstas nestas esferas.
- 4.20. Garantir que, gradativamente, até 2018, todas as escolas municipais, tanto de Educação Infantil como de Ensino Fundamental tenham seu ambiente físico adequado aos padrões aprovados pelo Conselho Municipal de Educação, à luz da legislação Federal,



mediante reformas, ampliações, aquisições ou flexibilização de uso dos espaços e insumos, no que for necessário para a Educação Inclusiva.

4.21. Assegurar e ampliar a partir de 2016 o Atendimento Educacional Especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais ou em instituições especializadas para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de quatro a dezessete anos.

4.22. Possibilitar momentos de discussão a fim de que se reflita a necessidade de vincular a inscrição para seleção e ingresso de professores do Atendimento Educacional Especializado, tendo como requisito uma especialização em Educação Inclusiva.

2.4. Educação de Jovens e Adultos

Diagnóstico da Educação de Jovens e Adultos no Município

A população de Cajamar é majoritariamente adulta. Segundo dados do IBGE 2010, Cajamar possuía 66.503 habitantes, dos quais 49.362 eram maiores de 15 anos desse total 7,6%, nunca tinham frequentado a escola. Dessa parcela da população cerca de (3%) encontrava-se matriculada na Educação de Jovens e Adultos ofertada pelo município. A outra parte ainda não havia sido alcançada por essa política pública, por diferentes motivos, entre eles condições de vida desses indivíduos, formação de uma população itinerante oriunda da região nordeste do país, dificuldades da escola em divulgar o atendimento a esses segmentos, entre outros.

Embora haja a garantia da matrícula e da permanência dos alunos no ensino fundamental a média de anos de estudo no município de Cajamar segundo o Censo 2010 era de 10,45 anos; ainda de acordo com esse órgão federal o município apresentava um índice de 7,8% da população acima de 15 anos, ainda não alfabetizada, o que implica a necessidade de investimentos permanentes de forma a garantir o direito de todos à Educação. Apesar da existência de políticas permanentes no segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que se observa é a lenta diminuição do analfabetismo, no município. Com relação ao analfabetismo funcional não dispomos de dados para o Cajamar, mas os dados do IBGE em 2009 apontavam para o índice de 20,3 % no país.



O Ensino de Jovens e Adultos no Município de Cajamar

O município de Cajamar conta com 09 unidades escolares que atendem a Educação de Jovens e Adultos, sendo 05 escolas estaduais que atendem o Ensino Médio e 03 unidades escolares municipais que atendem a EJA do (1º ao 4º) Termo- I Segmento e (1º ao 4º) Termo II Segmento, além do Sesi com 3 salas: 1 sala de alfabetização (PAI) com 26 alunos matriculados no 1º semestre desse ano, 1 sala de EAD Ensino Fundamental (5º a 8º série) com 36 alunos matriculados, 1 sala de Educação à Distância – EAD Ensino Médio com 43 alunos matriculados. O Sesi trabalha com o sistema de educação à distância (TELE CURSO), não havendo obrigatoriedade de frequentar todas as aulas; a maioria dos matriculados participa das aulas frequentemente, e mesmo quem não frequenta por um semestre inteiro não é considerado evadido, desde que venha fazer as provas, que acontecem duas vezes no semestre.

Perfil dos educandos da EJA na rede municipal

Na rede municipal o primeiro passo para conhecer os alunos da EJA se dá através da Leitura de Mundo, ou seja, há um documento que é aplicado no início de cada semestre que tem por objetivo conhecer o público da EJA, pois a partir de sua aplicação os dados são tabulados e vão nortear o Programa de Ação dos professores, numa abordagem dialógica, que irá conceber a construção do conhecimento pelo diálogo entre educadores e educandos, mediada pela realidade concreta em que vivem.

Dos 480 educandos matriculados no 2º. Semestre de 2011, foi trabalhado um total de 74 questionários, ou seja, 15% dos estudantes.

Perfil etário, estado civil e situação ocupacional.

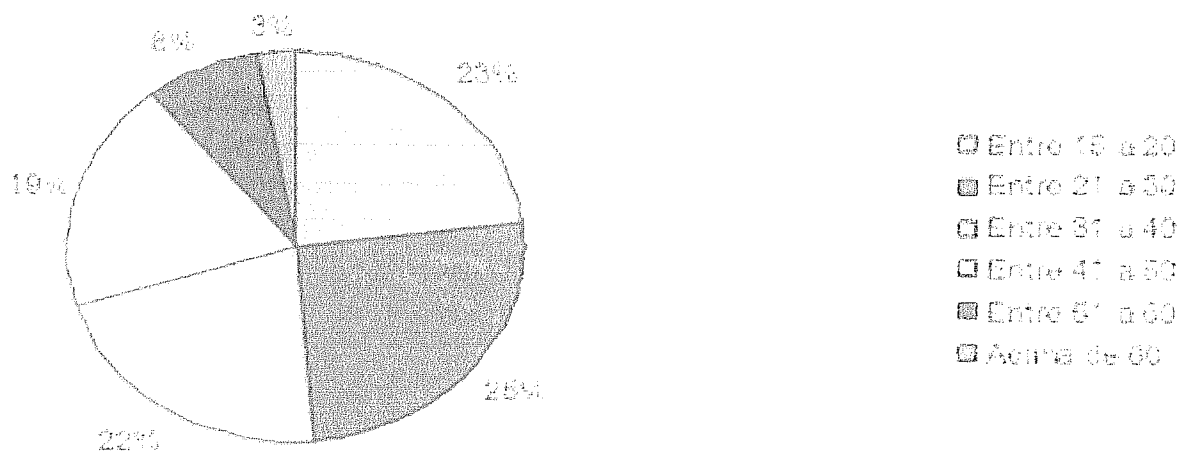


Gráfico 1- Perfil etário

AR



O gráfico um mostra que 48% dos estudantes incluídos na amostra são jovens, pois têm até 30 anos; os outros 62% estão divididos entre adultos e idosos. Encontram-se, matriculados na EJA, educandos a partir de 16 anos até a faixa de 60 anos. Fica visível a heterogeneidade etária. Este fato merece ser analisado, pois há aqui uma mudança que merece nossa atenção.

Durante muitos anos, uma das marcas da EJA foi a presença, quase que exclusiva, de alunos adultos; porém essa realidade mudou. Temos que olhar para essa nova mudança com clareza, pois senão correremos o risco de ter dificuldades insolúveis, conflitos, estagnações, reclamações e desistências dos educando.

Quanto ao estado civil, 35% do total de entrevistados são solteiros; 45% são casados; separados, divorciados e viúvos somam um percentual de 9%; 8% estão em situação de união estável; e 3% não responderam. Vale destacar, neste item, que 51% das mulheres declararam que estão casadas. Em contrapartida, somente 36% dos homens afirmaram estar casados e 14% em situação de união estável.

Em relação trabalho/emprego, 65% dos entrevistados estão desempregados e 35% exercem algum tipo de atividade remunerada - formal ou não formal. A situação de desemprego está concentrada em duas populações: os jovens, até os 20 anos, e as mulheres, em todas as idades. O grupo de educandos tem grande expectativa em relação a uma melhor colocação profissional e remuneração. A exigência dos empregadores pelos certificados da educação básica e também a possibilidade de melhorar a qualificação profissional, através de cursos técnicos e profissionais, levam essas pessoas à escola.

No caso das mulheres, a grande maioria das entrevistadas se declara dona de casa e não se reconhece em situação de desemprego. Entretanto, quando se pergunta sobre as expectativas de trabalho são as mulheres que mais manifestam interesse na ascensão profissional e financeira.

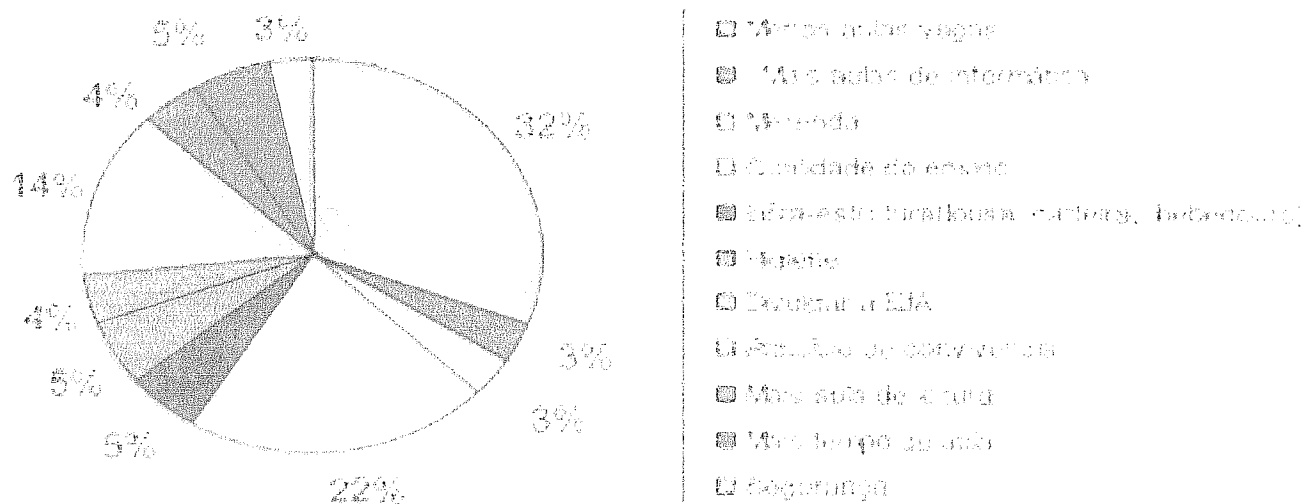
Observa-se que, do total de entrevistados, 38% são homens e 62% são mulheres. Destes, 59% das mulheres situam-se na faixa etária acima de 30 anos. E no campo masculino, 60% dos estudantes estão entre 15 a 30 anos.

Perguntado aos estudantes do que eles mais gostam na escola, nota-se que a socialização tem um destaque expressivo para o grupo, seguida da relação com os educadores. Ou seja, podemos inferir que as relações com os colegas e com os educadores, dentro do ambiente escolar são de extrema importância para este grupo.



atuando como aspecto motivador para a permanência nas escolas, nas salas de aula e nas aprendizagens, sendo que a leitura e escrita e o estudo são citados como importantes para 12 % desses educandos. A relação que se estabelece entre educador e educando é construída num processo onde ambos são responsáveis. Essa relação deve ser muito fortalecida, valorizada e ampliada, pois no processo educativo a ideia é que se forme um coletivo, para produzir novos conhecimentos, para participar dos fóruns de debates, etc.. Essa relação saudável, não hierarquizada, fortalece a ideia de uma escola participativa, humana, onde os educandos criam uma relação afetiva descolada da tutela, negando a submissão. As relações nas salas de aula de EJA da Rede Municipal jamais são pautadas pelo medo à autoridade; todas as regras que o grupo julga necessárias são construídas pelo coletivo, negociadas e cumpridas por todos os participantes. No entanto, alguns aspectos precisam ser melhorados:

Gráfico 2



Conforme o dado apresentado pelo gráfico 2, chama atenção o item princípio de convivência, pois é comum o choque entre os alunos mais velhos com os mais jovens. Isso decorre muitas vezes devido ao comportamento dos alunos mais jovens que falam alto, brincam durante as aulas, e a faixa etária da sala ser muito heterogênea variando de 16 a 75 anos.

Apesar da existência de políticas permanentes no segmento da Educação de Jovens e Adultos (EJA), o que se observa é uma diminuição ainda lenta do analfabetismo, no município. Segundo levantamentos feitos nas 03 unidades escolares estaduais que atendem a EJA – Ensino Médio foram matriculados 530 alunos no primeiro semestre de 2015, deste



total 411 alunos foram promovidos, 08 foram retidos 04 foram transferidos e 107 evadidos. De acordo com os gestores, professores e alunos entrevistados as dificuldades apresentadas são: a dificuldade de conciliar trabalho e estudo, cumprimento dos horários principalmente das primeiras aulas, falta de ritmo escolar devido a longos períodos longe da escola, alunos de outros estados com aprovação parcial de outras séries, adaptação dos alunos mais velhos ao ambiente escolar e suas particularidades.

Diante do exposto as unidades escolares através dos gestores e professores que atendem a esse segmento vêm implantando medidas que visam minimizar a evasão, enfrentado os problemas e tomando algumas medidas no sentido de garantir a permanência e a qualidade de ensino aprendizagem, favorecendo a realização de trabalhos domiciliares de compensação em caso dos alunos trabalhadores e de licenças médicas, requisição de documento comprobatório junto à empresa para autorização de entrada na segunda aula do período, recorte e adaptação do currículo para atendimento das necessidades de aprendizagem dos alunos, diálogo, orientação e compreensão para com as faixas etárias, visto que grande parte dos alunos é formada por jovens.

META 5: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada à educação profissional, além de elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 94% e, até o final do PME, e reduzir em 60% a taxa de analfabetismo funcional, elevando assim a escolaridade média da população e ampliar as oportunidades no mercado de trabalho.

Estratégias para a Educação de Jovens e Adultos

5.1. Criar programas, visando a alfabetizar jovens, adultos, de modo a reduzir a taxa de analfabetismo para índices abaixo de 1%, até 2025.

5.2. Garantir e ampliar gradativamente a oferta pública e gratuita de Educação de Jovens e Adultos, equivalente ao Ensino Fundamental e Médio presencial, para a população a partir



de 15 anos, que não tenha atingido esses níveis de escolaridade, de modo a universalizar a oferta até 2020.

5.3. Estudar formas de viabilizar parcerias visando à implantação da EJA Semipresencial, criando legislação específica, se for necessário, a partir do segundo semestre de 2016.

5.4. Distribuir a oferta de vagas nos períodos diurno e noturno, de acordo com a demanda, a partir de 2016.

5.5. Celebrar parceria com o SESI (Serviço Social da Indústria) , com o objetivo de oferecer a EJA, gradativamente, associada com a Educação Profissionalizante, de modo a contemplar, até o término da vigência desse plano, 25% das matrículas.

5.6. Estabelecer parcerias com as demais Diretorias, indústrias, serviços e comércios locais, realizar pesquisa de necessidades, para a reformulação da Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando as especificidades didáticas, os horários, locais e profissionais capacitados para exercer essa modalidade de ensino.

5.7. Assegurar, gradativamente, o fornecimento de material didático-pedagógico aos alunos e professores, de acordo com suas especificidades, bem como materiais de incentivo à leitura.

5.8. Garantir e incentivar a formação continuada dos professores da Educação de Jovens e Adultos (EJA), fornecendo as condições necessárias para o desenvolvimento docente durante o ano letivo, a partir de 2016.

5.9. Promover Censo Escolar Municipal, a cada 02 anos, de maneira a mapear demanda social por EJA, buscando detectar a população não escolarizada ou com baixa escolaridade, de maneira a subsidiar o planejamento de ações e de oferta de vagas nas diversas modalidades da EJA.

5.10. Estabelecer e fortalecer as parcerias com as empresas, a partir de 2016, para a implantação e/ou manutenção de programas de escolarização junto ao quadro de funcionários, conforme demanda existente.

5.11. Construir políticas e estratégias de ações que assegurem o direito ao acesso e à permanência do aluno da EJA na escola, através de mecanismos preventivos à evasão, bem como de atenção aos evadidos das escolas do ensino regular.



- 5.12. Melhorar, a partir de 2016, as condições do programa de alimentação escolar para alunos da EJA, sobretudo em unidades escolares menores e mais distantes ou salas isoladas, com a presença de merendeiros.
- 5.13. Garantir aos alunos da EJA, a partir de 2016, o acesso e uso de equipamentos culturais, esportivos, de lazer, sobretudo aos equipamentos de informática e à internet para realização de atividades intra e extraclasse.
- 5.14. Promover, anualmente, a divulgação ampla da oferta de vagas, através das diversas formas de comunicação disponíveis.
- 5.15. Realizar encontros e eventos de trocas de experiências entre os professores da EJA, semestralmente.
- 5.16. Articular, a partir de 2016, as políticas de educação de jovens e adultos, com outras áreas como saúde, esporte, assistência social e cultura, fortalecendo o atendimento em rede.
- 5.17. Estabelecer políticas que facilitem parcerias para o aproveitamento dos espaços ociosos existentes na comunidade e rede, tendo como objetivo assegurar curso para geração de renda.
- 5.18. Flexibilizar o currículo, a frequência mínima para aprovação e a carga horária, em concordância com a lei federal a partir de 2016.
- 5.19. Requalificar o ensino de jovens e adultos de modo a incorporar a qualificação profissional e ecoprofissional específica para a região de Cajamar, esta em parceria com a Diretoria do Meio Ambiente, a partir de 2016.
- 5.20. Acompanhar a execução das diretrizes e metas do Plano Nacional de Educação, relativas à EJA, de competência da União e do Estado de São Paulo.
- 5.21. Possibilitar a contratação de professores concursados, que tenham interesse em lecionar na EJA, para evitar a falta de professores e consequentemente a evasão a partir de 2016.
- 5.22. Instalar no município até 2017, um Centro de Referência de EJA para atendimento em todos os períodos ou de acordo com a demanda e melhorar os polos já existentes em locais estratégicos, com recursos de multimídia, sala de leitura e sala de informática, para



funcionamento da EJA, oportunizando a permanência dos alunos trabalhadores em empresas com rodízio de turnos.

5.23. Assegurar a continuidade de programas de detecção de problemas visuais, auditivos, fonoaudiológicos, odontológicos, psicológicos e outros, desenvolvidos mediante parcerias entre as Diretoria Municipal de Educação e de Saúde, de modo que ocorram anualmente, nas escolas de Educação Infantil, Ensino Fundamental regular e EJA.

2.5. Educação Integral

Diagnóstico da Educação Integral no Município

Partindo do direito do estudante de ter acesso a todo conhecimento que possa transformá-lo em cidadão consciente do seu papel na sociedade, a proposta de Educação Integral, presente na legislação educacional brasileira, compreende o ser humano em suas múltiplas dimensões, como sujeito com direitos, deveres e responsabilidades que devem ser conhecidas pelos mesmos.

A proposta de uma educação integral no município de Cajamar deve ter como princípio promover a ampliação de tempos, espaços, oportunidades educativas e o compartilhamento da tarefa de educar entre os profissionais da educação e de outras áreas, as famílias e diferentes atores sociais, sob a coordenação da escola com seus gestores, professores, estudantes e funcionários. Isso porque ela, associada ao processo de escolarização, pressupõe a aprendizagem conectada à vida e ao universo de interesses e de possibilidades das crianças, adolescentes e jovens.

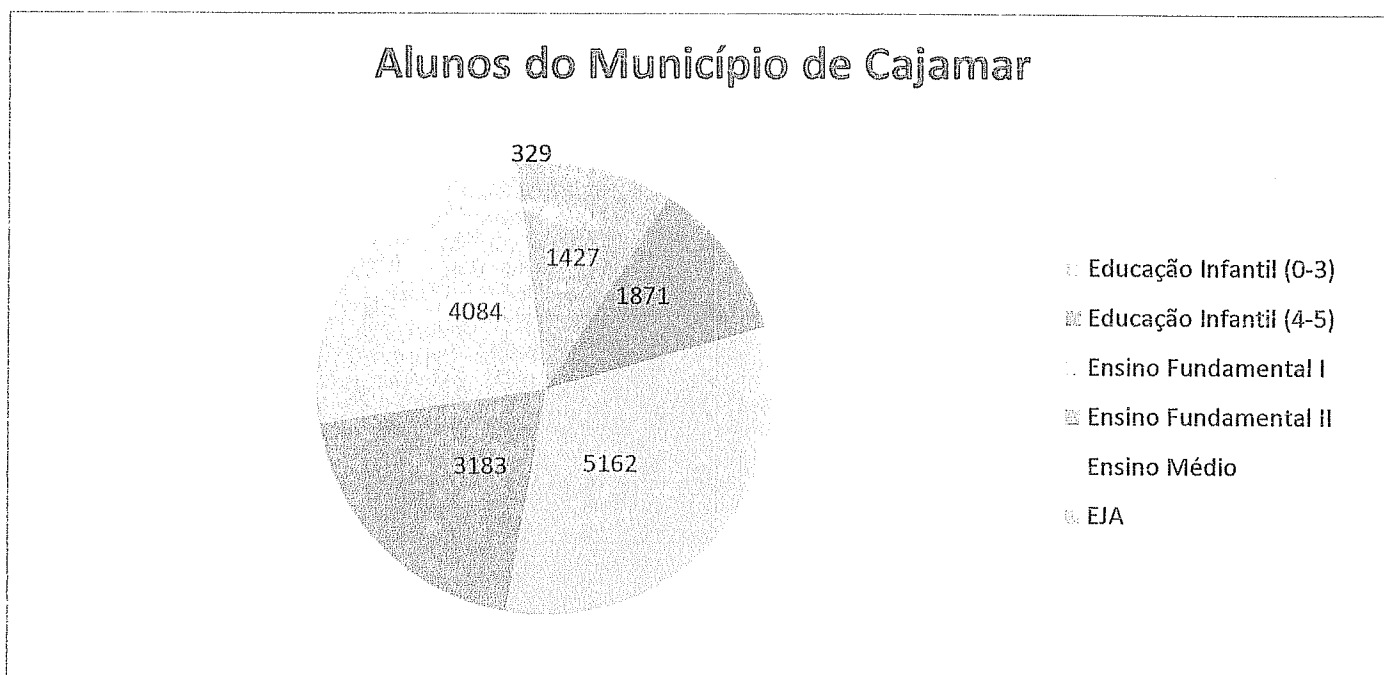
Assim sendo, o município de Cajamar compreende que a Educação Integral vem ao encontro do entendimento do direito de aprender como inerente ao direito à vida, à saúde, à liberdade, ao respeito, à dignidade e à convivência familiar e comunitária, como condição para o próprio desenvolvimento de uma sociedade republicana e democrática. Por meio da Educação Integral, se reconhecem as múltiplas dimensões do ser humano e a peculiaridade do desenvolvimento de crianças, adolescentes e jovens.

Diferentes experiências pedagógicas indicam o papel central que a escola tem na construção de uma agenda de Educação Integral articulando, a partir da ampliação da jornada escolar, políticas públicas, equipamentos públicos e atores sociais que contribuam para a diversidade e riqueza de vivências que tornam a Educação Integral uma experiência inovadora e sustentável ao longo do tempo.



Portanto, o Município de Cajamar se propõe a articular e promover com o apoio da União e/ou estado, órgãos privados e sociedade, meta e estratégias para ampliação do ensino integral nas escolas do município.

Atualmente a rede publica do município de Cajamar atende a 13.063 alunos distribuídos nos seguintes segmentos:



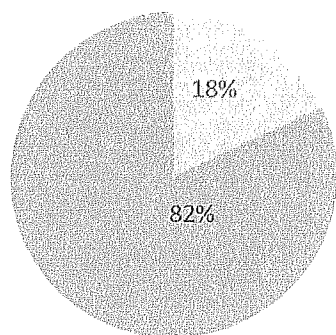
Fonte: Diretoria do Município de Cajamar e Secretaria da Educação de São Paulo

Em se tratando da Educação Integral, o município contempla a Educação Infantil (0 a 3 anos) em sua totalidade e apenas uma escola de Ensino Fundamental, EMEB Antônio Pinto de Campos, tem a jornada ampliada, através do Projeto Mais Educação, necessitando, assim, expandir a Educação Integral para as demais escolas de Fundamental I e Fundamental II.

Constatamos, também, que no Ensino Médio há 4.084 alunos, sendo que 18% dos alunos estão matriculados na Educação Integral nas escolas Walter Ribas e Tenente Marques, restando assim 82% de alunos não contemplados com a Educação Integral.



Alunos do Ensino Médio



Alunos matriculados no Ensino Integral (760 alunos)

Alunos não matriculados no Ensino Integral (3324 alunos)

Fonte: Secretaria de Educação do Estado de São Paulo

Desse modo podemos concluir que dos 16.056 alunos, 13% dos alunos distribuídos entre 9% na Educação Infantil 0 a 3 anos e 4% no Ensino Médio, recebem Educação Integral.

META 6: EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL

Oferecer jornada ampliada em parceria com o Projeto Mais Educação e/ou Instituições Públicas e Privadas, em no mínimo 3 (três) escolas que atendem o Ensino Fundamental I e II já construídas e oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 15% (quinze por cento) dos(as) alunos(as) da educação básica.

Estratégias para a Educação Integral no Município

6.1. Promover com o apoio da União e/ou Estado, Programa "Mais Educação" e entidades privadas, a ampliação da jornada em no mínimo três escolas já construídas de Ensino Fundamental I e II.

6.2. Adotar medidas para otimizar esse tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com oficinas, atividades recreativas, esportivas e culturais.



6.3. Propor a oferta de Educação Integral a outras escolas do Ensino Médio, em parceria com a União, iniciando em comunidades pobres ou com jovens em situação de vulnerabilidade social, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos alunos na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a sete horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola, em, no máximo, cinco anos.

6.4. Implantar, gradativamente, em quatro novas escolas municipais, a educação em tempo integral em parceria com a União e/ou Estado e entidades privadas, a partir de 2018.

6.5. Construir, em regime de colaboração com a União e/ou Estado, escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social, em 2018.

6.6. Institucionalizar e manter, em regime de colaboração, com a União e/ou Estado e entidades privadas, o programa nacional de ampliação e reestruturação das escolas públicas já construídas e em regime parcial, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, salas de leitura, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos, bem como da produção de material curricular e da formação de recursos humanos para a educação em tempo integral, em um prazo de cinco anos.

6.7. Fomentar, a articulação das escolas com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, biblioteca, praças, parques, museu, ginásio de esporte, cinemas, centros culturais, teatros, planetário, como forma de ampliação da jornada.

6.8. Promover a reorganização curricular para garantir as competências e habilidades necessárias, assim como as disciplinas básicas e complementá-las com atividades extracurriculares ou oficinas no contra turno, possibilitando, na jornada ampliada, a aprendizagem integral, a valorização ética e social no exercício da cidadania de cada aluno atendido.

6.9. Promover discussão para elaboração de critérios para seleção e ingresso de profissionais da educação que irão compor o quadro das escolas de tempo integral.



2.6. Ensino Médio

Diagnóstico do Ensino Médio no Município

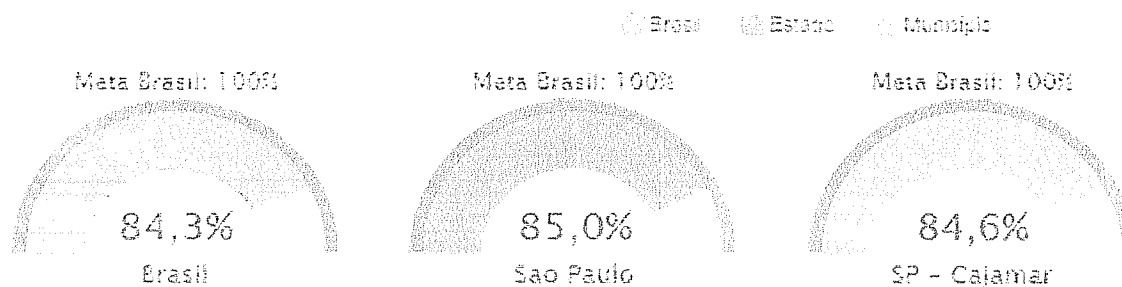
Atualmente o município de Cajamar conta com 6 escolas estaduais que atendem o Ensino Médio. Dessas, a Escola Estadual Tenente Joaquim Marques Silva Sobrinho e Escola Estadual Prof. Walter Ribas de Andrade atendendo ensino integral durante o dia e Ensino Médio normal no período noturno. A Escola Estadual Jardim Maria Luiza oferecendo ensino médio apenas no período noturno e as escolas Ana Maria Garrido Orlandin, Prof. Élcio José Pereira Cotrin e Suzana Dias atendendo nos períodos diurno e noturno. A Escola Técnica Estadual - ETEC Gino Rezaghi atende no período diurno o Ensino Médio regular.

Abaixo temos gráficos indicadores da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola e da taxa de escolarização líquida no ensino médio dessa mesma população.

4488

NT

Indicador 3A - Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2012

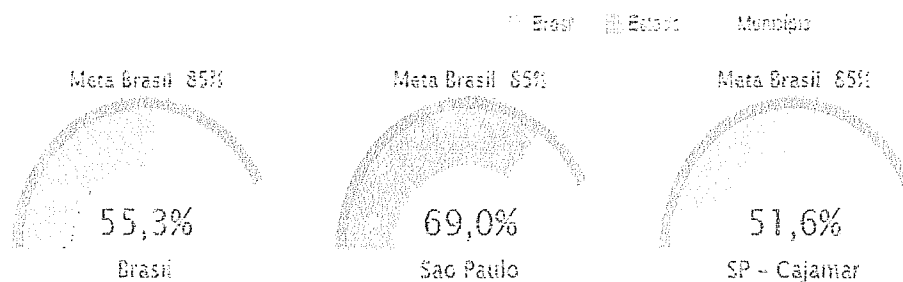
Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Analisando os dados dos gráficos acima podemos afirmar que no indicador 3A – Percentual da população de 15 a 17 anos que frequenta a escola _ estamos caminhando próximo à média do país e do estado de São Paulo; porém almejamos atingir 100% até 2016.



NT

Indicador 3B - Taxa de escolarização líquida no ensino médio da população de 15 a 17 anos.



Fonte: Estado, Região e Brasil - IBGE/Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) - 2010

Fonte: Município e Mesorregião - IBGE/Censo Populacional - 2010

Quanto ao indicador 3B a meta é atingir 85% da taxa líquida(matrícula adequada na idade e série) no ensino médio até o final da vigência deste plano. Atualmente a realidade do município é de 51,6% dessa população atendida. Esse baixo índice de atendimento podemos atribuir muitas vezes a necessidade dos alunos que concluem o Ensino Fundamental buscarem a inserção no mercado de trabalho como forma de garantir uma melhor situação de vida.

No que se refere à meta 3 relativa ao Ensino Médio, o município não tem responsabilidade direta, cabendo a ele propor iniciativas que desenvolverá junto ao estado, buscando assegurar o acesso e permanência de seus munícipes a essa modalidade e nível de ensino.

META 7: ENSINO MÉDIO

Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PNE, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento), além de expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio, em regime de colaboração com o governo federal e estadual.



Estratégias para o Ensino Médio do Município

7.1. Promover, em 2016, em regime de colaboração com o Estado e a União, estudo das áreas disponíveis nos bairros de Cajamar - Centro e Polvilho, dada a implantação de novos condomínios e conjuntos habitacionais, para instalação de escolas, em virtude da necessidade de expansão da rede estadual, buscando a universalização do atendimento para o Ensino Médio, durante a vigência deste plano.

7.2. Promover, a partir de 2016, intercâmbio entre as escolas do ensino fundamental, anos finais, com as escolas de ensino médio, proporcionando uma integração e adaptação do aluno egresso do ensino fundamental, permitindo uma continuidade dos estudos sem rupturas, realizando um trabalho com as famílias, mostrando a importância dos estudos para não deixar os filhos abandonarem a escola.

7.3. Estabelecer conjuntamente com os representantes do estado, normas e procedimentos que visem a facilitar o processo das matrículas do aluno egresso do ensino fundamental anos finais nas escolas de ensino médio, a partir de 2016.

7.4. Buscar a parceria com o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI visando a atender 20% dos alunos ingressantes no Ensino Médio, concomitante aos estudos regulares, com possibilidade da inserção no mercado de trabalho via estágio remunerado e/ou bolsas de estudo, no início do ano letivo de 2016.

7.5. Atingir 85% da taxa líquida de matrícula, em idade e série adequadas, até o final da vigência do Plano.

7.6. Garantir o atendimento de 100% da população de 15 a 17 anos, a partir de 2016.

2.7. Profissionais da Educação

Diagnóstico dos Profissionais da Educação do Município

O profissional da educação pode ser definido como aquele que trabalha no espaço educativo -- docentes e não docentes -- e que contribui com o processo formativo do aluno." (LIMA, José Fernandes. Educação Municipal de Qualidade; 2014)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

No município de Cajamar há um total de 49 escolas, sendo que 32 escolas são municipais, 6 estaduais, 10 particulares e uma unidade do Sesi (Serviço Social da Indústria). Além dos profissionais da educação atuarem nestes espaços, também ocupam funções na Diretoria de Educação e na Divisão de Alimentação Escolar.

Quadro quantitativo dos Profissionais da Educação da Rede Municipal:

Profissionais da Educação – Diretoria de Educação + Divisão de Alimentação escolar	Quantidade de profissionais da educação concursados por cargo	Quantidade de profissionais da educação concursados por cargo que estão designados	Quantidade de profissionais da educação em processo seletivo ou emergencial	Total
Diretores	23	10	-	23
Professores	618	58	104	722
Psicopedagogos	03			03
Assistente Social	01			01
Secretários	28	-	-	28
Merendeiras	152	-	-	152
Monitores	173	-	-	173
Auxiliares de Secretário Escolar	38	-	-	38
Auxiliares Administrativos	05	-	-	05
Auxiliares Serv. Gerais	05	-	-	05
Agentes Administrativos	07	-	-	07

Fonte: Recursos Humanos – Diretoria de Educação de Cajamar

Entre os professores da rede municipal temos 215 com pós-graduação, ou seja, aproximadamente 30% e 01 com mestrado. Quanto aos secretários, todos são efetivos, do total, 27 tem ensino médio, 3 ensino superior completo e 1 pós graduação. Todos os auxiliares de secretaria escolar são efetivos, a maioria deles tem o ensino médio. Os monitores são todos efetivos e a maioria tem o ensino médio, sendo que 2 têm ensino superior completo. Os merendeiros são todos efetivos, 24 têm o ensino fundamental, 88 ensino médio e 1 tem ensino superior.

Temos um total de 23 diretores concursados na rede, dos quais 10 estão designados como assistentes pedagógicos ou supervisores de ensino, 5 deles estão



afastados, portanto, há 8 diretores em atividade nas escolas; os outros 24 diretores são professores e estão designados como diretores. Dentre os diretores concursados, sem considerar os afastados, apenas dois deles não têm pós-graduação lacto sensu e dois possuem mestrado.

Em relação aos profissionais da educação concursados por cargo que estão designados (no âmbito municipal) há um total de 68 profissionais entre diretores, assistentes de direção, assessores pedagógicos, assistentes pedagógicos em diferentes áreas e os supervisores de ensino. O ingresso destes profissionais nas respectivas funções acontece por meio de processo de seleção conforme Leis Complementares nº 67/2005 e nº 132/2011 e decreto nº 3.632/2006; o qual prevê a apresentação de projetos e banca examinadora; sendo os mesmos são avaliados bienalmente.

Há, ainda, a prestação de serviço de limpeza por uma empresa terceirizada, num total de 115 funcionários, todos contratados, sendo 95 com o ensino fundamental e 20 com ensino médio.

É importante ressaltar que todos os profissionais da educação, dentro de sua atuação específica, são responsáveis pela aprendizagem dos alunos e pelo processo educativo da escola.

A pesquisa "Atratividade da Carreira Docente no Brasil", realizada pela Fundação Carlos Chagas, revelou que apenas 2% dos jovens do ensino médio têm o desejo de atuar no magistério. Sendo assim, é necessário que haja um engajamento de todos para que a profissão seja valorizada e os jovens comecem a querer esta profissão, não só como vocação, mas principalmente como profissionalização.

A valorização dos profissionais da educação, principalmente do professor, perpassa por muitos desafios, como tornar a carreira mais atraente, adequar as condições de trabalho e especialmente, garantir a formação continuada. A busca da valorização profissional tem como objetivo principal a qualidade e o compromisso com o avanço das aprendizagens dos alunos.

Neste diagnóstico ressaltamos que os dados correspondem à rede municipal de ensino.

META 8: FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Qualificar a formação continuada para melhorar os resultados de aprendizagens dos alunos, considerando também as demandas do sistema de ensino e garantir a todos os



profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação, considerando as necessidades, demandas, e contextualizações dos sistemas de ensino. Formar, em nível de pós-graduação, oitenta por cento dos professores da educação básica até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias Relativas aos Profissionais da Educação

- 8.1. Garantir que os espaços de formação continuada sejam prioritariamente lugar de estudos, reflexões e troca de experiências, voltados ao fazer pedagógico, com objetivo de melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem.
- 8.2. Garantir cursos de formação pela rede para todos os professores, especialmente aos iniciantes e aos PAEBs (Professor Adjunto de Educação Básica). Além de garantir a oferta de cursos de formação em serviço para os demais profissionais da educação, mediante necessidade/demanda.
- 8.3. Assegurar as condições de participação dos profissionais do magistério em cursos de pós-graduação, tanto lato sensu quanto stricto sensu, dentro do seu campo de atuação.
- 8.4. Estimular a oferta de cursos de pós-graduação, até o último ano de vigência deste Plano Municipal de Educação, de forma a garantir que 80% dos professores da educação básica sejam formados em nível de pós-graduação, alcançando a meta.
- 8.5. Garantir, a partir do ano letivo de 2016, bimestralmente ou trimestralmente, um dia não letivo no calendário escolar para reflexão e formação na unidade escolar para todos os envolvidos no Projeto Político Pedagógico.
- 8.6. Promover a formação continuada dos profissionais que atuam na educação básica de forma a atender 100% dos diretores de escola, assistentes de direção e assessores pedagógicos para que se tornem protagonistas da formação dos professores e funcionários, a partir do início da vigência do plano.

META 9: PLANO DE CARGO E CARREIRA DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

Assegurar a revisão, a cada três anos, dos Planos de Carreira dos Profissionais da Educação Básica Pública, tomando como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal e garantir a elaboração e aprovar o Plano de Carreira dos demais Profissionais da Educação.

NIR



- 9.1. Solicitar, junto ao Poder Executivo, a ampliação de cargos de professores adjuntos concursados.
- 9.2. Garantir gradativamente, a partir do 2º semestre de 2016, o Professor Adjunto de Educação Básica em todas as unidades, de acordo com as modalidades de ensino e quantidade de salas de aula.
- 9.3. Assegurar no prazo de dois anos a construção de forma democrática dos Planos de Cargos e Carreira para os demais Profissionais da Educação, com apoio do poder público municipal à mobilização de cada categoria interessada em construir o plano.
- 9.4. Revisar o Plano de Cargos e Carreira do Magistério no primeiro semestre de 2016 e a partir deste ano a cada três anos, mantendo a participação representativa de todos os profissionais do magistério.
- 9.5. Garantir, que ao revisar o plano de carreira, haja também uma mobilização para discutir e revisar, também, outros documentos a ele atrelados, como o regimento comum das escolas municipais e alguns decretos.
- 9.6. Assegurar, na revisão do Plano de Cargo e Carreira, investimentos, valorização e critérios de mérito profissional, por meio do reconhecimento dos resultados de aprendizagens nas instituições de ensino da rede, com base nas avaliações externas e internas.
- 9.7. Sistematizar e ampliar critérios do processo de avaliação de todos os profissionais da educação, para ingresso e permanência, tanto dos efetivos quanto dos designados, a partir do 2º. semestre de 2016.
- 9.8. Atribuir aos profissionais selecionados para trabalhar na Educação Integral o regime de dedicação exclusiva e que a remuneração seja de 75% (setenta e cinco por cento) a mais que a remuneração do cargo.
- 9.9. Garantir o ingresso de profissionais da educação do quadro de magistério, titulares de cargo nas funções de assistente de direção, assessor pedagógico, assistente pedagógico e supervisor de ensino por meio de apresentação de projetos e a permanência nas referidas funções, através de avaliação bienal realizada por comissão formada por gestores e professores.



9.10. Manter a estruturação da rede municipal de educação básica de modo que, até o final do segundo ano de vigência deste PME, 80% (oitenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério (professores e diretores de escola) e dos demais profissionais da educação sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo, de acordo com a lei 132/2011.

9.11. Garantir a partir de 2017 a adequação da carga horária de trabalho dos professores de Educação Infantil Parcial, para o cumprimento do estabelecido pela Lei nº 12.796 de abril de 2013, que amplia a jornada de, no mínimo, 4h diárias para o turno parcial.

META 10: VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

Ampliar o patamar de valorização dos Profissionais do Magistério da Educação Básica da Rede Municipal.

10.1. Incentivar a participação dos professores e outros profissionais da educação em diferentes concursos em âmbito nacional, estadual e municipal; implantando no município estratégias de valorização de boas práticas.

10.2. Garantir critérios mais rigorosos na formulação das provas de concursos públicos e processos seletivos para ingresso de professores (redação, conhecimentos gerais e locais, didática, leitura, conhecimentos matemáticos e legislação) de forma a assegurar a qualidade dos processos educativos. No caso dos professores especialistas, as provas de concurso público e processo seletivo deve ser, também, em conformidade na sua área de atuação.

10.3. Promover discussão para que a complementação da jornada diária dos alunos da Educação Infantil parcial para 4h, se dê sem alteração da jornada de trabalho do professor titular da sala em 2016.

10.4. Garantir investimento permanente na ampliação e qualidade dos materiais de apoio para todos os profissionais, principalmente os pedagógicos, por exemplo: compra de mobiliários adequados, ampliação de acervo de livros, jogos, brinquedos, programas de computador, compra e manutenção dos computadores, manutenção dos equipamentos de som e mídias etc.



10.5. Garantir a partir de 2017, a adequação do número de crianças por sala, conforme Regimento Comum das Escolas Municipais e Lei Complementar 101, que dispõe sobre o código de obras do município de Cajamar, o qual cita no art. 124, inciso IV.

10.6. Garantir um professor por período na creche, respeitando os indicadores de qualidade da Educação Infantil – MEC.

10.7. Assegurar que haja um cuidador para os alunos com deficiência (se necessário), conforme Projeto de Lei nº 8.014/2010.

10.8. Assegurar que as funções designadas dos profissionais do magistério se deem por meio de apresentação de projetos na Diretoria de Educação e apresentação oral para banca examinadora, tanto na DE, quanto nas escolas.

10.9. Possibilitar, a partir de 2017, dois assessores pedagógicos para escolas com duas ou mais modalidades de ensino, de acordo com o número de salas.

10.10. Incentivar e assegurar a participação dos profissionais da educação em momentos culturais e artísticos, como teatro, cinema etc.

10.11. Possibilitar parceiras com empresas da cidade com o objetivo de valorizar os profissionais da educação, buscando a melhoria dos resultados de aprendizagens.

2.8. Gestão Democrática

Diagnóstico da Gestão Democrática no Município

A gestão democrática é preconizada pela Constituição Federal de 1988 em seu artigo 206, e reafirmada pela Lei 9394/96 (Lei de Diretrizes e Bases) em seu artigo III e tem como princípio a participação social nas tomadas de decisões e na corresponsabilidade dos diferentes segmentos da vida, a autonomia, o pluralismo de ideias e a transparência.

No nosso município a gestão democrática se apresenta de varias maneiras no contexto educacional: na constituição e atuação dos conselhos e colegiados escolares, dos grêmios estudantis, Conselho Municipal de Educação, CacsFundeb, Conselho Tutelar, Conselho Municipal do Direito da Criança e do Adolescente- CMDCA

Temos que estar atentos ao fato de que a defesa da gestão democrática e da participação significa radicalizar os processos de *planejamento* e explicitação das



intencionalidades educacionais do Município, ou seja, defendemos que os diferentes segmentos da comunidade escolar possam, de maneira intencionada planejada e comprometida, conhecer, construir, propor, acompanhar, e avaliar a vida das escolas e seus projetos educativos, assim como as políticas públicas e o gerenciamento dos recursos financeiros determinados para as finalidades da educação. Nesse sentido entendemos que é nos debates e execução dos projetos educacionais que essa educação se realiza. É também na constituição dos diferentes conselhos e colegiados compreendidos como espaços privilegiados de participação que a cultura democrática tende a se afirmar.

Porém não é demasiado dizer que o desafio a ser enfrentado no município está na adesão a participação efetiva nos diferentes momentos do processo.

A realidade municipal de gestão democrática

O município de Cajamar conta com os Conselhos escolares instituídos, porém com diagnóstico de pouca participação. Os grêmios estudantis que ainda não estão organizados em todas as unidades e naquelas em que existem, necessitam, de fato, ser consolidados.

Os Conselhos Municipais: Conselho Municipal de Educação-CME, Cacs-Fundeb, CMDCA, Alimentação Escolar, Conselho Tutelar estão constituídos formalmente.

O Conselho Municipal de Educação (CME)

O Conselho Municipal de Educação (CME) é constituído por oito titulares e oito suplentes. O mandato é de dois anos, e a função não é remunerada. Juntamente com o Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB (CACS-FUNDEB) é responsável por acompanhar e fiscalizar as políticas públicas em educação, monitorando a aplicação dos recursos e, ao mesmo tempo, sugerindo investimentos necessários para a rede escolar como um todo. Em Cajamar os conselheiros são escolhidos a partir de voto direto entre os pares (professor vota em professor, diretor em diretor e assim por diante), tendo em vista a democratização da gestão educacional e a ampliação da participação da comunidade nas decisões sobre as políticas educacionais.

Este Conselho pode decidir sobre diversas matérias, desde autorizar o funcionamento de escolas e de cursos até propor normas pedagógicas e administrativas. Além de agilizar processos e consultas, cabe aos CMEs regulamentar as questões ligadas à rede de ensino municipal e à particular que atenda apenas Educação Infantil, acompanhar e avaliar a política educacional, fiscalizar as ações implementadas e mobilizar a sociedade. O conselho



necessita ter uma composição democrática. É preciso haver consenso antes de qualquer decisão, inclusive mantendo diálogo permanente com a Diretoria de Educação. Dessa forma, devem fazer parte do colegiado representantes da própria diretoria de Educação, dos professores, diretores e funcionários da rede municipal, rede estadual, particular e ensino superior. ONGs, entidades religiosas e associações empresariais também podem participar. Essa pluralidade atende ao princípio da gestão democrática do ensino público, prevista na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB).

No entanto este conselho ainda enfrenta alguns desafios quanto a participação e mobilização de representantes de outros segmentos da sociedade nas decisões sobre as políticas educacionais.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (CACS-FUNDEB)

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação Básica (CACS-FUNDEB) é um colegiado constituído por nove titulares e nove suplentes entre professores, gestores, representantes da comunidade e alunos maiores de 18 anos (EJA). O mandato é de dois anos, em função não remunerada. Segundo o art. 24 da Lei nº 11.494/2007, a função principal é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do Fundo, no âmbito de cada esfera Municipal. O Conselho não é uma unidade administrativa do Governo, assim, sua ação deve ser independente e, ao mesmo tempo, harmônica com os órgãos da Administração Pública local. O controle a ser exercido pelo Conselho do Fundeb é o controle direto da sociedade, por meio do qual se abre a possibilidade de apontar, às demais instâncias, falhas ou irregularidades eventualmente cometidas, para que as autoridades constituídas, no uso de suas prerrogativas legais, adotem as providências que cada caso venha a exigir.

As dificuldades detectadas na atuação do Conselho, referem-se à participação, visto que várias reuniões ordinárias foram suspensas por falta de quórum. Falta a conscientização das pessoas, que tem que ser instigadas a participarem com maior afinco, comprometimento e responsabilidade.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)



Este conselho foi criado de acordo com a lei nº1.325 de 27 de março de 2009e conforme o Decreto nº 4.749 de 12 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a nomeação dos membros titulares e suplentes, sendo constituído de 16 membros titulares e 16 membros suplentes com representantes do poder público e sociedade civil. Referente ao poder público é formado com um representante de cada diretoria contemplando a Diretoria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, a de Educação, Saúde, Fazenda, Cultura e Turismo, Negócios Jurídicos e representantes da Diretoria Municipal de Esportes Eventos e Lazer e do Gabinete do Prefeito, escolhidos em sessão plenária e voto direto, pelos representantes das entidades previamente cadastradas. Há também três representantes de entidades não governamentais de defesa ou atendimento dos Direitos da Criança e Adolescente, um representante de entidades que atuam na área de educação, um representante de entidades que atuam na área da saúde, um representante de entidades que atuam na área da indústria e comércio, um representante da OAB e um representante de entidades que atuam com atividades esportivas. Mas a função principal do CMDCA, segundo o art. 37 do Regimento Interno do Município de Cajamar, é manter as seguintes comissões permanentes de trabalho: Vistorias, registros e inscrições de programas e cadastros das entidades, Divulgação e Mobilização, Comissão de política e programas e atendimento dos direitos da criança e do adolescente e Orçamento Criança e Adolescente.

Os membros do CMDCA e seus respectivos suplentes exercerão mandato de 2 anos, admitindo-se a renovação apenas por uma vez e por igual período.

No artigo 15 da referida lei, destaca-se o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente que tem como objetivos, criar condições financeiras e de gerência dos recursos destinados ao desenvolvimento dos programas adequados às linhas de ação da política de atendimento às crianças e adolescentes no Município e facilitar a captação, o repasse e a aplicação de recursos destinados ao desenvolvimento das ações de atendimento a criança e adolescente. Nesses termos refere-se prioritariamente aos programas de proteção especial a criança e adolescente em situação de risco social e pessoal, cuja necessidade de atenção extrapola o âmbito de atuação das políticas sócias e básicas. O Fundo Municipal é constituído de dotação consignada no orçamento do município, recursos provenientes do Fundo Estadual e nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, doações, auxílios, contribuições e outros recursos destinados. A gestão financeira do Fundo Municipal é exercida em conjunto com a Diretoria da Fazenda através



de registros orçamentários do Município ou transferência em benefício das crianças e dos adolescentes pelo Estado ou União.

O regimento Interno do CMDCA, no capítulo IX dispõe sobre as comissões permanentes de trabalho as quais serão constituídas de, no mínimo, 4 membros que são nomeados por Resolução do Conselho, após deliberação do plenário, coincidindo o mandato com os do candidato, podendo também ser criadas comissões de trabalho específicas para atuar em assunto de caráter urgente, observando a paridade de seus membros. Cada comissão desenvolve critérios, diretrizes e sistemas de funcionamento que visa atingir metas, submetendo-as à aprovação da plenária. As comissões possuem autonomia para apreciação de suas atividades, reservando à plenária do CMDCA as deliberações conclusivas, apresentando relatórios mensais sobre a atuação nas reuniões de acordo com objetivos e resultados.

Atualmente no município o Conselho financia e acompanha os seguintes projetos: Águias do Milênio, Sítio Agar e Mata Nativa.

As principais dificuldades em sua atuação envolvem a ausência do conjunto de conselheiros, contribuição orçamentária das empresas e novas parcerias nos projetos desenvolvidos.

Conselho Tutelar

A lei nº 1.506 de 22 de novembro de 2012, dispõe sobre a reorganização do Conselho Tutelar de Cajamar. Nos termos da Legislação Federal nº 8.069/90 alterada pela Lei Federal nº 12.696/12. Esse Conselho é composto por cinco integrantes escolhidos pela população local para o mandato de 4 anos, sendo permitida uma recondução mediante novo processo de escolha. Esse órgão é integrante da administração pública local, permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos Direitos da Criança e do Adolescente.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente é responsável pelo processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar sob a fiscalização do Ministério Público, com direitos de praticar todos os atos que julgar necessários para a consecução do pleito. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorre em data unificada em todo território nacional a cada 4 anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial, mediante voto direto, secreto e facultativo envolvendo todos os cidadãos maiores de dezesseis anos no município. A candidatura dos



membros é individual, sendo que somente poderão participar os candidatos que preencherem os seguintes requisitos: reconhecida idoneidade moral, idade superior a 21 anos, estar de gozo de seus direitos políticos, possuir no mínimo ensino médio completo, não registrar antecedentes criminais, ter experiência mínima de 01 ano na promoção, proteção e defesa dos direitos da criança e do adolescente e formação específica sobre o Estatuto da Criança e Adolescente-ECA, sob a responsabilidade do CMDCA. Após a inscrição para eleição, os candidatos se submetem a prova de conhecimentos específicos de caráter eliminatório, palestra, exame psicossocial, entrega dos documentos e eleição.

Mensalmente, nas reuniões ordinárias do CMDCA, há participação de um conselheiro tutelar.

Uma das dificuldades apontadas nesse conselho é a elaboração do regimento interno, apresentação de relatórios mensais de atuação nas reuniões ordinárias do CMDCA. Outra dificuldade é que provavelmente o atendimento dos conselheiros no Município, não é realizado em tempo hábil, em virtude das grandes demandas de trabalho.

META 11: GESTÃO DEMOCRÁTICA

Assegurar condições para efetivação da gestão democrática, garantindo a participação ativa da comunidade, na construção das políticas educacionais, através das representações nos diversos conselhos, grêmios, associações de pais e demais espaços democráticos.

Estratégias para a Gestão Democrática do Município

11.1. Incentivar o município a constituir o Fórum Municipal de Educação, com o intuito de coordenar as Conferências Municipais, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste Plano Municipal de Educação.

11.2. Ampliar os programas de apoio e formação de conselheiros, possibilitando condições de acompanhamento das políticas educacionais. Além disso, garantir recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar.



11.3. Possibilitar momentos de discussão a fim de que se reflita a necessidade de vincular a inscrição para a eleição do conselheiro tutelar ao acompanhamento e participação do mesmo no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA).

11.4. Estimular em todas as escolas de educação básica a constituição e/ou fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-lhes, inclusive, espaços adequados de funcionamento nas escolas, fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações.

11.5. Promover a efetiva participação de profissionais da educação, alunos e seus familiares na formulação dos projetos político – pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação da comunidade.

11.6. Garantir o ingresso de profissionais da educação titulares de cargo nas funções de assistente de direção, assessor pedagógico, assistente pedagógico e supervisor de ensino por meio de apresentação de projetos e a permanência nas referidas funções, através de avaliação bial anual realizada por comissão formada por gestores e professores.

11.7. Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino com a participação da comunidade.

11.8. Garantir a participação e acompanhamento dos gestores e colegiados escolares na elaboração dos projetos arquitetônicos de construção, reforma e ampliação dos espaços escolares.

2.9. Merenda Escolar

Diagnóstico da Merenda Escolar do Município

O Programa de Alimentação Escolar de Cajamar/SP é gerido pelo Departamento de Alimentação Escolar, vinculado à Diretoria Municipal de Educação, sendo destinado aos alunos da rede municipal de ensino.

Até o ano de 2014 havia um convênio que estendia a merenda aos alunos da rede estadual, mas que foi suspenso. A partir de 2015 atende a 12.784 alunos (conforme informação dos diretores de escola no começo do ano), distribuídos em Educação Infantil –



Integral (1.528), Educação infantil – parcial e 1º ano (2693), Ensino Fundamental (8.196), Educação Fundamental de Jovens e Adultos (367).

A gestão do programa é centralizada, sistema em que a Prefeitura gerencia a verba recebida, providenciando entrega dos alimentos às escolas. As verbas utilizadas na gestão do programa compreendem os repasses do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), Quota Estadual do Salário Educação (QESE) e do próprio tesouro que custeiam todos os alimentos, material para limpeza, uniformes, combustível, utensílios e equipamentos. O processo de compras acontece por meio de pregão e chamada pública no caso da agricultura familiar.

Os cardápios são elaborados por nutricionista de acordo com os critérios estabelecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE para cada faixa etária. A aceitabilidade das refeições é analisada a cada visita por técnicos em nutrição, que supervisionam as escolas diariamente. A adesão é realizada entre março e abril em todas as escolas, sendo observada menor porcentagem entre os alunos do fundamental II, apontando necessidade de maior atenção para ações de educação alimentar e nutricional, visto que os hábitos alimentares dos mesmos não são os mais adequados. Por isso, existem ações de educação alimentar e nutricionais tratadas de forma transversal nas escolas, por meio de projetos desenvolvidos pelos professores, complementadas por ações desenvolvidas por nutricionistas do Departamento de Alimentação Escolar, quando há solicitação pelos gestores de escolas. É um assunto que não tem o tratamento universal na rede, até por ser tema transversal.

Há atendimento aos alunos com necessidades nutricionais específicas (atualmente com 138 casos), como por exemplo: diabetes, hipertensão, intolerância à lactose, alergia a caseína, obesidade etc... Os atendimentos só são realizados mediante envio de laudo médico com código internacional de doença – CID, à direção das escolas, que repassa ao Departamento de Alimentação Escolar. Neste processo, há algumas dificuldades como: obter dos responsáveis o diagnóstico médico (laudo médico), muitos deles informam verbalmente, já requerendo o atendimento; outra dificuldade é na compra dos alimentos para esses alunos, quando não constam em contrato advindo dos pregões, uma vez que a própria Lei 8.666/93 e suas alterações impedem uma compra rápida e muitas vezes os alimentos chegam com atraso nas escolas.

Atualmente 16 escolas participam do sistema self service, sendo que 2 escolas da Rede Municipal como EMEB “Ester Catarine Lozano” que atende a Educação Infantil 4 e 5



anos e EMEB “Antonio Pinto de Campos” que atendem alunos do Ciclo II, possuem balcões térmicos favorecendo assim uma qualidade no atendimento aos alunos no momento da alimentação. Na EMEB “Antonio Pinto de Campos” há também refresqueiras que facilitam a organização dos alunos na distribuição das refeições, promovendo a autonomia dos alunos.

De acordo com levantamento realizado por meio do Programa Saúde na Escola – PSE em 2013, os alunos apresentam-se, na maioria, dentro da normalidade, quanto às características de informações associadas entre si de peso por idade, altura por idade e peso por altura. Este ano, o PSE não teve renovação do convênio com o Ministério da Saúde, impedindo o prosseguimento das ações iniciadas há dois anos.

As capacitações para merendeiras acontecem sempre no início e meio do ano, antes do retorno dos alunos das férias e recesso.

Em 2015, a Rede Municipal de Cajamar em parceria com o Instituto Votorantim/CEDAC e Prefeitura participaram de formações, promovendo ações para a realização da Avaliação dos Indicadores da Qualidade na Educação. O objetivo principal da avaliação é auxiliar a comunidade escolar a melhorar a qualidade de atendimento. Nesse sentido, na dimensão “Promoção à Saúde”, com o Indicador “Responsabilidade pela alimentação saudável das crianças”, fortaleceu a elaboração do diagnóstico e o estabelecimento das estratégias elencadas no Plano Municipal de Educação.

META: 12 MERENDA ESCOLAR

Garantir merenda de qualidade a todos os alunos, respeitando as necessidades, contemplando a diversidade e estimulando os bons hábitos alimentares.

Estratégias para a Merenda Escolar

12.1. Manter a revisão do cardápio da merenda, a partir de 2016, com a efetiva participação da comunidade escolar e do CAE (Conselho de Alimentação Escolar), considerando o tempo de permanência e a periodicidade do aluno na escola, bem como as condições do tempo e do clima, garantindo o balanceamento e a diversidade nutricional e respeitando os hábitos alimentares locais.



12.2. Sensibilizar os profissionais da escola, de forma que incentivem os alunos ao consumo de alimentos saudáveis, promovendo a educação nutricional.

12.3. Garantir, a partir de 2016, os alimentos necessários para atender as dietas dos alunos que apresentam restrição alimentar de nutrientes em tempo hábil.

12.4. Implantar de forma gradativa, o Sistema Self Service em todas as escolas da Rede Municipal, conforme disponibilidade financeira da Prefeitura Municipal e de comum acordo com a equipe gestora das escolas para aquisição da estrutura necessária (cadeiras, mesas...), utensílios e equipamentos necessários ao desenvolvimento do Sistema.

2.10. Transporte Escolar

Diagnóstico do Transporte Escolar no Município

A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a Educação elevando-a a categoria de princípio e de pilar para o desenvolvimento da sociedade brasileira, indicando, como objetivo precípuo, o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Nesse sentido, destaca-se entre os princípios apontados para o desenvolvimento do ensino, a promoção de ações que assegurem a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola.

Considerando que a oferta do transporte escolar é um dos pilares da Educação democrática uma vez que permite ao educando o acesso à escola, no Município de Cajamar o serviço é oferecido para os alunos das Redes Municipal e Estadual de Ensino.

Nesse sentido, de acordo com os dados coletados em 24/08/2015, o Serviço de Transporte Escolar Regular é utilizado diariamente, contabilizando 3967 alunos que utilizam o transporte escolar, sendo 1054 alunos da Rede Municipal de Cajamar (Educação Infantil e Ensino Fundamental) e 2630 da Rede Estadual de Cajamar (Ensino Fundamental e Ensino Médio).

Para o transporte dos alunos das Escolas Estaduais, a Secretaria da Educação do Estado firma um convênio com a Municipalidade e 80% do valor total gasto é de responsabilidade da Secretaria Estadual de Educação e o município completa os 20% restantes.

O Setor de Transporte da Diretoria Municipal de Educação atende, ainda, estudantes que residem na zona rural, em locais de difícil acesso, como por exemplo, os bairros do



Ponunduva, Gamelão e Recanto do Corízio, com auxílio de peruas escolares do tipo Kombi e Vans.

Os bairros mais afastados também contam com o serviço de transporte escolar como Bairro São Benedito, Roseira e Morro do Rosário (em Jordanésia); Jurupari, Paraíso, Jardim Panorama, Guaturinho, Jardim Muriano (Polvilho) e Gato Preto.

Há transporte específico também para os alunos cadeirantes que fazem acompanhamento no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Apesar da Educação Infantil 0 a 3 anos não ter previsão de atendimento pelo transporte escolar, o município de Cajamar atende as EMEB Elaine Margarete M. Silva e EMEB Marcelo Antonio Ricomini Pascoal, haja vista a necessidade de locomoção dos alunos que residem em bairros distantes.

A vistoria dos veículos da frota é realizada, obrigatoriamente, a cada 6 meses pelo DETRAN/SP, de acordo com a legislação, sendo que os mesmos só obtém liberação quando o transporte está totalmente dentro do que exigem as normas vigentes. Os veículos são vistoriados regularmente pelo CIRETRAN/CAJAMAR.

Em relação á contratação do transporte, atualmente, é realizada pela empresa Dinatur, sendo que a duração dos contratos é de 12 meses, podendo ser prorrogados por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, quando deverá ser realizada nova licitação, conforme lei nº 8.666.93.

Os ônibus da frota estão todos identificados como "ESCOLAR" e com número de identificação, pois caso ocorram problemas com o transporte é de fácil identificação. O contrato do transporte escolar prevê revisão periódica e seguro dos veículos.

Todos os veículos possuem o cinto de segurança conforme a legislação.

Quanto ao treinamento das monitoras, é realizado semanalmente pela própria empresa.

Vale ressaltar que, por mês, ainda são fornecidos passes escolares para 283 alunos que residam em locais onde não há linha de transporte escolar, mas contam com linhas regulares do Sistema de Transporte Urbano.

Considerando que o Município de Cajamar não oferece Ensino Superior, a oferta do transporte universitário ocorre anualmente, tendo em vista que a Prefeitura de Cajamar, através da Diretoria de Desenvolvimento Social realiza o cadastramento dos estudantes que estudam em faculdades e ou universidades fora do Município. Para utilizar o benefício é necessário que o estudante seja morador no Município há pelo menos um ano, esteja

12



regularmente matriculado em Instituição de Ensino Técnico, Tecnológico ou Superior, que não ultrapasse 100 km do município e entregue os documentos pessoais necessários para efetivação do cadastramento. A administração mantém o serviço gratuito para os estudantes, sendo que a verba destinada para o programa é oriunda do gabinete do Prefeito e o seu gerenciamento é de responsabilidade da Diretoria de Desenvolvimento Social.

Vale ressaltar também que a Diretoria de Administração é responsável pelo gerenciamento do transporte que atende os alunos da ETEC Gino Rezaghi, moradores no município.

META: 13 TRANSPORTE ESCOLAR

Garantir Transporte Escolar seguro para os alunos do município que atenderem aos critérios previstos na legislação.

Estratégias para o Transporte Escolar do Município

13.1. Manter o acesso de 100% dos alunos que residam a mais de 2 km das escolas da Rede Municipal, ao transporte escolar.

13.2. A partir do início da vigência desse plano, implantar mecanismos de avaliação anual sobre a qualidade da prestação dos serviços de transporte escolar com participação da equipe gestora das escolas, alunos e pais.

13.3. Manter o acesso dos alunos com deficiência à escola de Rede Municipal por meio de transporte acessível.

13.4. Rever o convênio com o Estado, possibilitando a oferta do transporte dos alunos da Rede Estadual (Ensino Fundamental e Ensino Médio) e o repasse de recursos correspondentes.

13.5. Viabilizar, em parceria com a União, ações de implantação gradativa de cadeirinhas adequadas no ônibus escolar de acordo com a faixa-etária.



Diagnóstico do Financiamento da Educação no Município

TENDÊNCIA DE EVOLUÇÃO DE VALORES

[illegible]

1) As informações históricas (2010 a 2014) foram obtidas em: RGF: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014: SISTN (https://www.contaspublicas.caixa.gov.br/sistncon_internet/index.jspx); RECETAS/DESPESAS DA EDUCAÇÃO: RREO: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014: SIOPE (<https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp>); Demais: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014: SIOPE (<https://www.fnde.gov.br/siope/relatoriosMunicipais.jsp>);

- 2) Os valores constantes dos exercícios de 2015 a 2025 foram obtidos através da tendência estatística automática, levando-se em consideração, sempre, os 5 (cinco) últimos exercícios em relação a cada um deles.

em relação a cada um dele



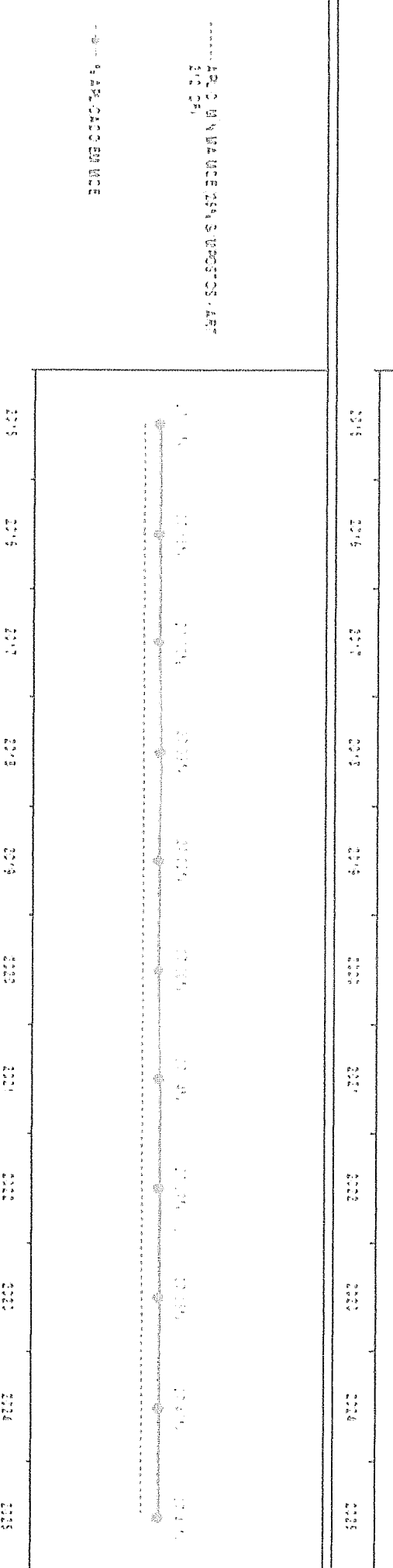
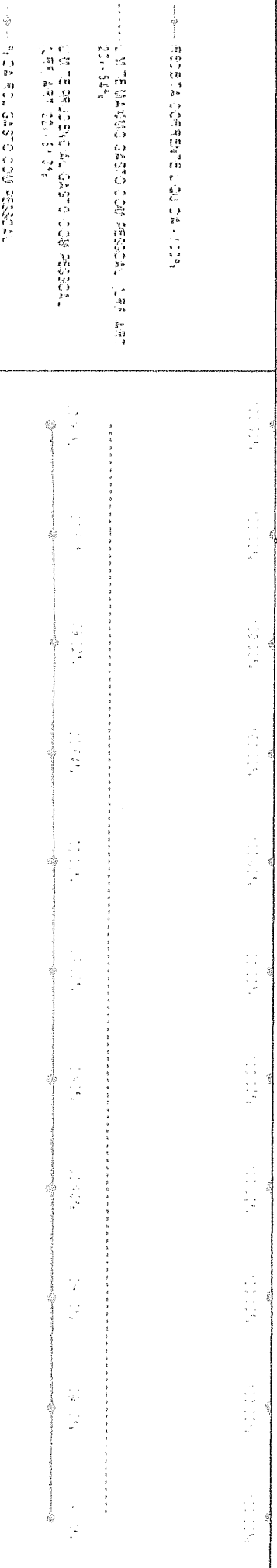
A partir do quadro acima, que aponta a tendência de evolução da receita do município, percebemos que, mantida essa tendência, o Município, que já aplica além do exigido por lei na melhoria e desenvolvimento do ensino (MDE), tem condições de aprimorar esse investimento ao longo dos próximos dez anos, para atender as demandas contidas neste PME. O gasto com pessoal não integrante do grupo do magistério tem uma previsão de crescimento a partir da elaboração do Plano de Carreira, mas considerando a evolução da receita aqui apresentada, tanto esse crescimento de despesa, quanto outros investimentos previstos do Plano, estarão dentro da capacidade financeira do município.

Fica claro também, que o mecanismo que vier a substituir o FUNDEB (Fundo de Desenvolvimento e Manutenção da Educação Básica), tem que ser mais eficaz no sentido de aportar mais recursos federais, dentro do regime de colaboração, uma vez que o município já aplica 27,11% em MDE e o percentual do FUNDEB que o município destina ao pagamento do grupo magistério ultrapassa a casa dos 75%.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

COMPARATIVO PERCENTUAL DOS GASTOS EM RELAÇÃO AOS SEUS LIMITES



NOTAS:

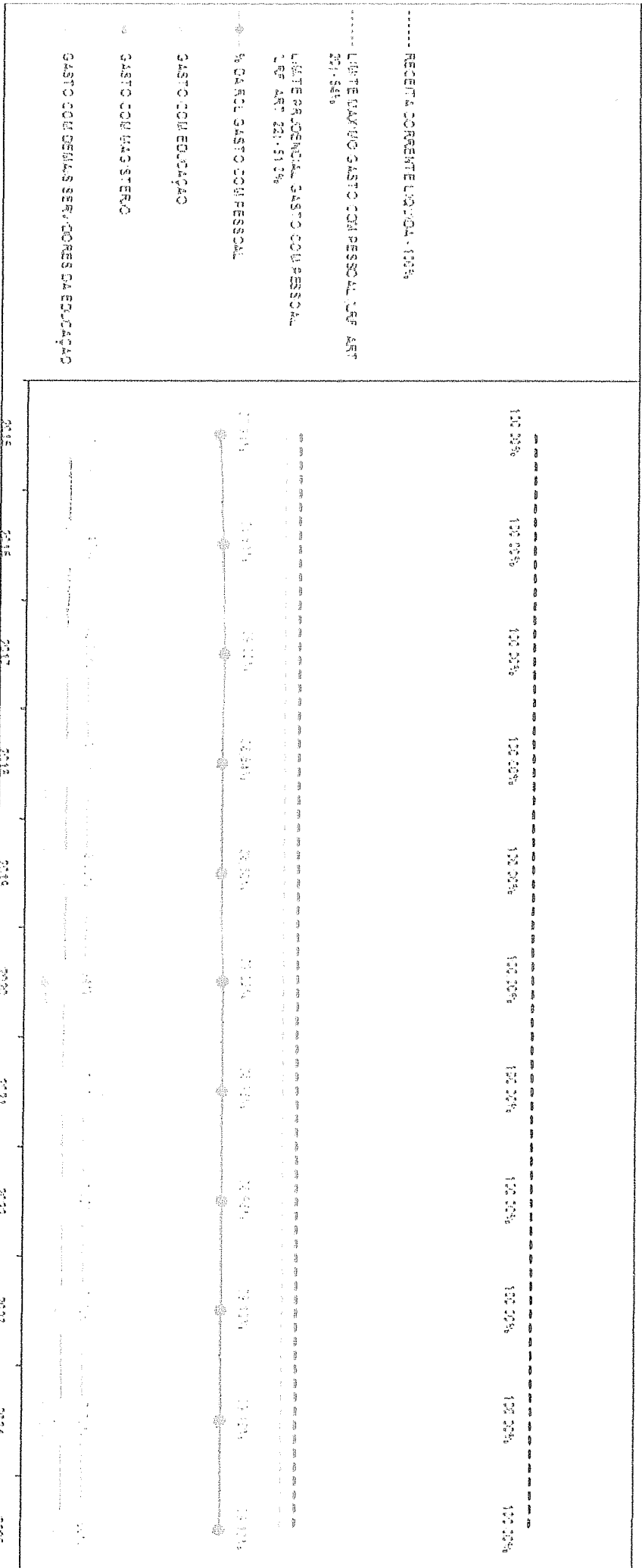
1) As informações históricas (2010 a 2014) foram obtidas em: RGF: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014; SISTR (https://www.contaspublicas.cajamar.gov.br/sistrcon_internet/index.jsp); REDETTAS/DESPESAS DA EDUCAÇÃO: REDE: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014; SIOPF (https://www.fnde.gov.br/sioce/relatorios/Municipais.jsp); Demais: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014; SIOPF (https://www.fnde.gov.br/sioce/relatorios/Municipais.jsp).

2) Os valores constantes dos exercícios de 2015 a 2025 foram obtidos através do sistema estatístico automático, levando-se em consideração, sempre, os 5 (cinco) últimos exercícios em relação a cada um deles.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAMAR
ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

COMPARATIVO PERCENTUAL DE EVOLUÇÃO DO GASTO COM PESSOAL X RCL



NOTAS:

- 1) As informações históricas (2010 a 2014) foram obtidas em: RGF: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014: SISTRN (https://www.contaspublicas.caia.gov.br/sistrncon_internet/index.jsp), RECEITAS/DESPESAS DA EDUCAÇÃO: FPEO: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014: SIOPE (<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorios/Municipais.jsp>). Demais: 2010, 2011, 2012, 2013, 2014: SIOPE (<https://www.fnde.gov.br/siope/relatorios/Municipais.jsp>).
- 2) Os valores constantes dos exercícios de 2015 a 2025 foram obtidos através da tendência estatística automática, levando-se em consideração, sempre, os 5 (cinco) últimos exercícios em relação a cada um deles.



Os dados da tabela e os gráficos do Demonstrativo de Tendência de Evolução de Valores do Município de Cajamar* mostram uma projeção em que as arrecadações tenderão a ampliar, em torno de 45%, gradativamente até 2025. Os quadros demonstram, também, a capacidade do município em respeitar a LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal) que estabelece o limite de despesa com pessoal, o que significa que o cumprimento à LRF, não será impeditivo para se avançar no Plano de Carreira dos profissionais da educação.

META 14: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO

Garantir, com investimento adequado, realização de parcerias e colaboração do estado e da União, nos termos da legislação, a efetivação das metas deste Plano Municipal de Educação, no sentido de fazer avançar a educação, não apenas no âmbito da rede municipal, mas de todo o município e ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 28% no quinto ano de vigência desta lei e, 30% ao final do decênio.

Estratégias para o Financiamento da Educação no Município

14.1. Concluir no ano de 2016 as construções e reformas das escolas já iniciadas.

14.2. Construir, em regime de colaboração com a União e o Estado, 10 escolas de Educação Infantil e 10 de Ensino Fundamental, ao longo da vigência deste Plano, sendo uma de cada modalidade por ano, respeitadas as normas de acessibilidade e critérios de sustentabilidade.

14.3. Regularizar a destinação de verba mensal às escolas Municipais para despesas miúdas de pronto atendimento, sob o acompanhamento da utilização de recursos pelo Conselho Escolar, a partir de 2016.

14.4. Garantir, em regime de colaboração com a União e o Estado, fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação



básica, com vistas a atender as demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional.

14.5. Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas, a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, a Secretaria Estadual de Educação e os tribunais de contas do Município;

14.6. Fortalecer a educação do município para se tornar gestora autônoma dos próprios recursos, conforme prevê a LDB.

14.7. Ampliar ou reestruturar as escolas, já em 2016, no que se refere ao espaço físico e o trabalho pedagógico, realocando os alunos do 1º ano, que estão nas escolas de educação infantil para o ensino fundamental.

4. INDICADORES DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

Cabe ao Estado, com a participação da sociedade, promover políticas públicas no intuito de potencializar e oferecer um instrumento para a avaliação e o monitoramento da qualidade da educação, com base em indicadores que levam em conta ambiente educativo, prática pedagógica, avaliação, ensino e aprendizagem da leitura e da escrita, gestão escolar democrática, formação e condições de trabalho dos profissionais, espaço físico e acesso, permanência e sucesso na escola. Cabe à sociedade atuar junto ao Estado para que esses fatores listados como associados à ação estatal sejam contemplados com adequadas e oportunas políticas públicas.

Este Plano Municipal passará por avaliação contínua, a partir de indicadores orientados pelo INEP/MEC, que possibilitem maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos, nas diversas séries e disciplinas, na Educação Municipal como um todo. A liderança desse processo deverá ser do Conselho Municipal e do Fórum Municipal de Educação, este a ser constituído no município, que deverão ter acesso ao seu conteúdo para monitorar a situação dos indicadores, fiscalizar e zelar pelas propostas deste Plano para garantir sua efetivação, com qualidade, nos prazos estabelecidos, dentro da vigência de 10 anos, de 2015 a 2025.



Para que esses indicadores de desempenho tenham uma contribuição significativa no controle da Educação Municipal, primeiro é necessário ter um planejamento estratégico, com objetivos claros, metas definidas que devem ser alcançadas. A partir daí, a elaboração e a gestão dos indicadores de desempenho devem ser direcionadas para o monitoramento da evolução dos resultados e servirem como referência para o processo de tomada de decisão e a criação de estratégias de melhoria.

Este, portanto, é o papel deste Plano Municipal de Educação de Cajamar, reelaborado, coletivamente, à luz das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação, em busca de que todas as crianças e adolescentes tenham acesso à escola, não desperdicem tempo com repetências, não abandonem os estudos precocemente e, ao final de tudo, aprendam.



BIBLIOGRAFIA

ATLAS BRASIL. Disponível em: <www.atlasbrasil.org.br>. Acesso em: 06/03/2015

BARCELOS, Valdo. **Educação de Jovens e Adultos: Currículo e Prática Pedagógica**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

_____. **Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos**. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BRASIL. FNDE. **Resolução nº 26**, 17 de junho de 2013. Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. Brasília, DF, 2013.

_____. **Lei Federal nº 11.738**, 16 de julho de 2008. Estabelece o Piso Salarial Nacional dos profissionais do magistério público da Educação Básica. Brasília, DF, 2008.

_____. **Lei nº 11.114**, 16 de maio de 2005. Torna obrigatório o início do ensino fundamental aos seis anos de idade. Brasília, DF, 2005.

_____. **Lei nº 11.494**, 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Brasília, DF, 2007.

_____. **Lei nº 11.947**, 16 de junho de 2009. Dispõe sobre o atendimento da Alimentação Escolar e PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola). Brasília, DF, 2009.

_____. **Lei nº 12.796**, 04 de abril de 2013. Dispõe sobre a formação dos profissionais da educação. Brasília, DF, 2013.

_____. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>>. Acesso em: 05/04/2015.

_____. Ministério da Educação. Disponível em: <www.mec.gov.br>. Acesso em: 10/03/2015.

_____. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Brasília, DF: INEP, 2014.

_____. Ministério da Educação. **Resultados da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA) – 2013**. Brasília, DF: MEC, 2013.

_____. Ministério da Educação. **Situação de estados e municípios em relação à meta nacional**. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>. Acesso em: 03/04/2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/relcrys/bpc/indice.htm>>. Acesso em: 05/03/2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

CAJAMAR.Diretoria de Educação de Cajamar. Recursos Humanos. São Paulo: Cajamar, 2015.

_____. Lei Complementar nº 101, 15 de dezembro de 2008. Art. 124, inciso IV. Dispõe sobre o código de obras do município de Cajamar. São Paulo: Cajamar, 2015.

_____. Lei complementar nº 132, 15 de dezembro de 2011. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município. São Paulo: Cajamar, 2011.

_____. Lei complementar nº 67, 02 de dezembro de 2005. Dispõe sobre o Estatuto do Magistério Público do Município. São Paulo: Cajamar, 2005.

_____. Lei nº 1.325, 27 de março de 2009. Dispõe sobre a nomeação dos membros titulares e suplentes do CMDCA (Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente). São Paulo: Cajamar, 2009.

_____. Lei nº 1.506, 22 de novembro de 2012. Dispõe sobre a reorganização do Conselho Tutelar de Cajamar. São Paulo: Cajamar, 2012.

_____. Lei ordinária nº 1.420, 13 de dezembro de 2010. Dispõe sobre a aprovação do Plano Municipal de Educação do Município de Cajamar (2011 a 2020). São Paulo: Cajamar, 2010.

_____. Lista de Espera organizada por cada Escola da Rede Municipal de Cajamar. Atualizada em 06/04/2015. p. 66-93. São Paulo: Cajamar, 2015.

_____. Plano Decenal de Educação do Município de Cajamar 2011-2020. São Paulo: Cajamar, 2011.

_____. Prefeitura do Município de Cajamar. Disponível em: <www.cajamar.sp.gov.br>. Acesso em: 05/04/2015.

_____. Proposta Curricular do município de Cajamar. São Paulo: Cajamar, 2012.

_____. Regimento Geral das Escolas do Município de Cajamar

_____. Relatório IDECA. Diagnóstico Socioeconômico do Município de Cajamar. Agosto. São Paulo: Cajamar, 2011.

CENSO POPULACIONAL (2010). Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://simec.mec.gov.br/pde/graficopne.php>>. Acesso em: 06/04/2015.

IBGE. Dados do Censo Demográfico. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 05/04/2015.

INEP. Disponível em: <www.inep.gov.br>. Acesso em: 10/03/2015.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-matricula>>. Acesso em: 05/04/2015.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAJAMAR
ESTADO DE SÃO PAULO
DIRETORIA DE EDUCAÇÃO

LIMA, José Fernandes (org.). **Educação Municipal de Qualidade: princípios de gestão estratégica para secretários e equipes**. 1. ed. São Paulo: Moderna, 2014.

MAIS DIFERENÇAS. Disponível em: <<http://www.maisdiferencas.org.br/Dataprev/sintese>>. Acesso em: 05/03/2015.

MOURA, Tânia Maria de Melo. **A Formação de Professores para a Educação de Jovens e Adultos: dilemas atuais**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS (PNAD). Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

QEDU. Disponível em: <www.qedu.org.br>. Acesso em: 06/05/2015.

SÃO PAULO (estado). Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP). Disponível em: <www.prodesp.sp.gov.br>. Acesso em: 07/08/2015.

_____. **Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo (IDESP) 2014**. Disponível em: <<http://idesp.edunet.sp.gov.br/>>. Acesso em: 06/04/2015

_____. Portal de Estatísticas do Estado de São Paulo. Disponível em: <www.seade.gov.br>. Acesso em: 06/05/2015.